DIÁRIO DO LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais Sábado - 22 de junho de 2013

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarqüínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS
1.1 - Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
1.2 - Reunião de Comissões
2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO
2.1 - Plenário
3 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE
4 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO
5 - MANIFESTAÇÕES
6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES
7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA
8 - ERRATAS

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 20/6/2013

Presidência do Deputado João Leite

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - Dilzon Melo - Ana Maria Resende - André Quintão - Arlen Santiago - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Duarte Bechir - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - João Leite - Leonardo Moreira - Luzia Ferreira - Mário Henrique Caixa - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Tadeu Martins Leite - Tiago Ulisses.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Às 14h14min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 24, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 28/5/2013

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio Moreira, Duarte Bechir e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Adalclever Lopes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da correspondência publicada no "Diário do Legislativo" nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do do Sr. Carlindo Dourado Souza, Presidente da Câmara Municipal de Araçuaí (4/5/2013); Antônio A. Caram Filho, Diretor-Geral da Arsae-MG (11/5/2013); Ricardo Augusto Simões Campos, Presidente da Copasa-MG (23/5/2013); Frank Deschamp Lamas, Presidente da Copanor (23/5/2013); Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (25/5/2013); e da seguinte correspondência: "e-mails" dos Srs. Ramon R. Almeida, encaminhado por meio do Fale com a Assembleia, em que solicita que esta Comissão acompanhe o fornecimento de resíduos sólidos pela Usiminas à empresa Recex Reciclagem de Sucatas e Metais Ltda., que estaria causando transtornos à população de Bela Vista de Minas; Carlos Casteglione, Prefeito de Cachoeiro de Itapemirim (ES), Presidente da Associação Nacional dos Municípios Produtores, em que solicita audiência com esta Comissão para tratar do Ciclo de Fóruns dos Municípios Mineradores - Edição Sudeste; do Sr. Marcos Rodrigues da Silva, empresário, em que encaminha denúncia de irregularidades no processo licitatório realizado pela Prefeitura de Belo Horizonte para a execução dos serviços e obras

de desassoreamento da Lagoa da Pampulha; e ofício do Deputado Almir Paraca, Presidente da Comissão Extraordinária das Águas, em que encaminha o cronograma de atividades dessa Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, em turno único, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.664/2012 (Deputado Gustavo Corrêa); 3.927/2013 (Deputado Sávio Souza Cruz); e 3.969/2013 (Deputado Rômulo Veneroso). A Presidência comunica que, nos termos do art. 120, XXV, do Regimento Interno, solicitou ao Presidente desta Casa que reitere os pedidos constantes nos Requerimentos nºs 4.452 e 4.453/2013, de autoria desta Comissão, por ainda não terem sido apreciados. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.568/2011 (relator: Deputado Sávio Souza Cruz, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 3.664/2012, 3.927 e 3.969/2013, que receberam parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos do Deputado Fred Costa em que solicita seja realizada audiência pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 3.960/2013, que dispõe sobre a doação dos bens semoventes canino e equino integrantes do patrimônio do Estado; e da Deputada Luzia Ferreira (2) em que solicita sejam encaminhados ao Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre as condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental das granjas de suinocultura do Vale do Piranga e sobre os processos de fiscalização em curso nessas granjas e pedido de providências para realizar fiscalização, se possível no prazo de 60 dias, em todas as granjas de suinocultura da região do Vale do Piranga, no que concerne ao licenciamento ambiental, bem como para que encaminhe o relatório dessa fiscalização a esta Comissão. A Presidência recebe os requerimentos dos Deputados Fred Costa (3) em que solicita seja realizada visita ao antigo ramal ferroviário de Águas Claras e audiência pública com o objetivo de debater sobre a destinação do referido local, e seja realizada audiência pública para debater o grande índice de poluição do Rio da Velhas no Estado; Ivair Nogueira em que solicita seja realizada visita à usina da Gerdau, no Município de Ouro Branco, para verificar o cumprimento da Lei nº 18.031, de 12/1/2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, com as alterações introduzidas pela Lei nº 20.011, de 5/1/2012, no que se refere ao transporte, armazenamento, depósito, guarda, processamento, reciclagem e reutilização de resíduos sólidos; Célio Moreira em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas pedido de providências para viabilizar a construção de barragens de perenização nos Rios Piauí e Gravatá, no Médio Jequitinhonha; Sávio Souza Cruz em que solicita seja encaminhada ao Procurador-Geral do Estado cópia da correspondência do Sr. Marcos Rodrigues da Silva recebida por esta Comissão contendo denúncia relativa à licitação das obras de desassoreamento da Lagoa da Pampulha realizada pelo Município de Belo Horizonte e seja dada ciência da providência tomada ao autor da denúncia; e das Deputadas Rosângela Reis em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, para debater as atribuições e as condições de trabalho dos servidores das Superintendências Regionais de Regularização Ambiental; e Luzia Ferreira em que solicita seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.687/2013, que dispõe sobre a alteração dos limites da área do Parque Estadual da Serra do Papagaio, localizado nos Municípios de Aiuruoca, Alagoa, Baependi, Itamonte e Pouso Alto. É aprovado o relatório da visita realizada em 30/4/2013 à Represa Várzea das Flores, que segue publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de junho de 2013.

Célio Moreira, Presidente - Gustavo Corrêa - Rômulo Veneroso - Sávio Souza Cruz.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Local visitado: Represa de Várzea das Flores, em Betim

Apresentação

A requerimento do Deputado Ivair Nogueira, esta Comissão visitou, no dia 30/14/2013, das 9 horas às 12h30min, a Represa Várzea das Flores, em Betim, para verificar a ocupação irregular do solo na região e a situação de degradação ambiental da represa.

Participaram da visita o Deputado Ivair Nogueira; os Srs. Waldir Cardoso Teixeira, Vice-Prefeito e Secretário Municipal de Meio Ambiente de Betim; Belo Diniz, Vereador da Câmara Municipal de Contagem; Bertholdino Apolônio Teixeira Júnior, Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF -; Tales Heliodoro Viana, Superintendente de Meio Ambiente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa-MG; Joaquim Braga, Gerente da Divisão de Produção Serra Azul - Vargem das Flores da Estação de Tratamento de Água da Copasa-MG; Jeferson Rios, Presidente da Associação de Proprietários de Áreas de Várzea das Flores; Joaquim Eugênio Maciel Couto Vidigal, Diretor da Associação de Moradores do Entorno da Várzea das Flores - Amovar -; Ivayr Nunes Soalheiro; o Ten.-Cel. BM Robespierre Oliveira Silva, Comandante do 2º Batalhão de Bombeiros Militar; a Sra. Laudicena Curvelo Pereira, servidora do IEF Gerente da Área de Preservação Ambiental - APA - de Vargem das Flores - ; autoridades administrativas da Copasa; técnicos e trabalhadores da ETA Vargem das Flores; moradores do entorno da Represa de Várzea das Flores; servidores do setor de televisão e imprensa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - ALMG; Consultores da ALMG; assessores parlamentares.

Relato

A ocupação irregular do solo e a degradação ambiental na represa Várzea das Flores, em Betim, foram debatidas durante a visita dessa Comissão ao local.

Inicialmente os convidados e demais visitantes, sob a coordenação do Deputado Ivair Nogueira, reuniram-se na sede administrativa da ETA Vargem das Flores. Na oportunidade, o parlamentar fez a exposição das questões que o levaram a requerer a visita,

contextualizando os principais problemas existentes na área da represa e passando, a seguir, a palavra aos convidados. Durante o transcorrer da reunião, ficaram evidenciados os diferentes posicionamentos e enfoques dos diversos atores e interlocutores com interesses e responsabilidades nas questões afetas à APA, entre os quais técnicos da Copasa-MG, autoridades do Legislativo e do Executivo dos Municípios de Contagem e Betim, administradores da APA, representantes de proprietários da região e de moradores e o Diretor-Geral do IEF, órgão que administra essa unidade de conservação.

Situada a 30 km de Belo Horizonte e inaugurada em 1972, a represa Várzea das Flores, para Betim, ou Vargem das Flores, para Contagem, se localiza nesses dois Municípios. A represa insere-se em uma bacia hidrográfica sobre a qual a forte pressão do expansionismo urbano e de vetores de desenvolvimento vem exercendo uma influência negativa, com reflexos sobre a qualidade da água captada e a redução do tempo de vida útil previsto para o lago.

Operada pela Copasa-MG desde 1978, a ETA-Vargem das Flores constitui um dos mais importantes mananciais para o abastecimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Possui capacidade de atender à demanda de aproximadamente 400 mil pessoas e dispõe de potencial de produção média de água tratada da ordem de 1,12 m^3/s. Atualmente é considerada o 4º maior sistema de produção de água tratada da Copasa-MG. A linha de tratamento originalmente empregada consistia na filtração direta. No entanto, devido à piora na qualidade da água da represa, contaminada por algas tóxicas, foram necessárias adequações técnicas na ETA, que passou a contar com novas unidades de floculação e flotação da água para a retirada das algas tóxicas e assim possibilitar a oferta de uma água de melhor qualidade.

A despeito de sua primordial importância relativamente ao abastecimento público de água, a represa de Vargem das Flores vem sendo seriamente degradada ao longo do tempo, devido ao uso e à ocupação inadequados do solo no entorno da lagoa, bem como ao lançamento de esgoto e de lixo. Também foram mencionados problemas relativos à fiscalização da área, que não vem sendo feita de forma efetiva.

A unidade de conservação APA Vargem das Flores foi instituída pela Lei 16.197, de 2006, e tem por objetivo proteger e conservar os recursos ambientais, em especial os recursos hídricos. Entretanto, conforme foi relatado durante a visita, a APA ainda não dispõe dos mecanismos necessários para o seu regular funcionamento - decreto e outros instrumentos normativos que tratem da constituição, do sistema de gestão e do zoneamento ecológico-econômico dessa unidade de conservação. A instituição desses instrumentos, como ficou evidenciado nessa reunião, é que irá possibilitar de fato a implantação de um conselho formado por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população para debater e resolver os problemas. Também foi salientada a importância da elaboração de um plano de manejo para a APA, com claras definições de regras de uso do solo.

Conclusão

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pôde constatar durante a visita que, como o abastecimento de água é prioritário, qualquer outra atividade só deveria ser desenvolvida desde que não fosse conflitante com esse uso, e que é de fundamental importância promover a união permanente dos poderes públicos envolvidos, da Copasa-MG, do IEF, do Ministério Público e da comunidade na busca de soluções para o problema do gerenciamento e da degradação ambiental da represa.

Sala das Comissões, 28 de maio de 2013.

Célio Moreira, Presidente - Sávio Souza Cruz - Duarte Bechir.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/6/2013

Às 9h13min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Sargento Rodrigues, Cabo Júlio, Lafayette de Andrada e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Cabo Júlio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a segurança dos taxistas e dos usuários dessa modalidade de transporte público e comunica o recebimento de ofícios dos Srs. Donizetti Miguel de Paula, morador do Município de Argirita, solicitando o apoio desta Comissão para a apuração do assassinato de sua irmã, a Vereadora Daniela Maria do Carmo Paula, que morreu com um tiro na cabeça quando trabalhava no Procon do referido Município; e Rivaldo Monteiro da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Nanuque, solicitando que esta Comissão interceda pela permanência dos Srs. Leonardo Oliveira Amaral e Davi Costa de Andrade, ambos Investigadores de Polícia exercendo as funções há mais de quatro anos na 4ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Nanuque. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Ten.-Cel. PM Eduardo Lucas de Almeida, Subdiretor da Diretoria de Apoio Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais, representando o Cel. PM Márcio Martins Sant'Ana, Comandante-Geral da PMMG; os Srs. Marcelo Carvalho Ferreira, Delegado Coordenador do 1º Departamento de Polícia Civil de Belo Horizonte, representando o Sr. Cylton Brandão da Matta, Chefe da Polícia Civil; Reinaldo Avelar Drumond, Gerente de Controle de Permissões da BHTRANS, representando o Sr. Ramon Victor Cesar, Presidente dessa instituição; Eduardo Caldeira, Vice-Presidente da Associação dos Taxistas do Brasil; Ricardo Luiz Faedda, Diretor Fincanceiro do Sincavir-MG, representando o Sr. Dirceu Efigênio Reis, Presidente dessa instituição; José Estévão de Jesus de Paulo, Presidente da Associação dos Condutores Auxiliares de Táxi de Belo Horizonte; Márcio Antônio da Silva, Presidente da Cooperativa Mista de Transporte de Passageiros em Táxi de Belo Horizonte Ltda., que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados João Leite, Sargento Rodrigues, Leonardo Moreira, Cabo Júlio e Lafayette de Andrada em que solicitam seja realizada audiência pública no Município de Monte Alegre de Minas para debater problemas de

segurança na região, com destaque para o tráfico de drogas e o envolvimento de jovens em atos infracionais; Hely Tarqüínio em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Patos de Minas para debater a incidência dos crimes de roubo, extorsão e cárcere privado contra motoristas de caminhões na região e no Estado; do Deputado Sargento Rodrigues (5) em que solicita seja realizada visita da Comissão de Segurança Pública ao Chefe do Estado-Maior da PMMG, em conjunto com os participantes da 14ª Reunião Ordinária, com o objetivo de entregar as notas taquigráficas da referida reunião e apresentar sugestões para melhorar a segurança dos taxistas e dos usuários dessa modalidade de transporte público; seja formulada manifestação de aplauso a policiais militares lotados no 22º e no 39º BPM, no BPE e no BPTRAN pela prisão de dois autores de sequestro-relâmpago; seja encaminhado ao Comandante-Geral da PMMG pedido de providências para o aumento do efetivo policial no 2º Pelotão PM da 2ª Cia. Ind. da 11ª RPM, no Município de Salinas; seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social de Minas Gerais pedido de providências para empenhar-se na assunção da carceragem da cidade de Salinas; seja encaminhado ao Subsecretário de Administração Prisional pedido de informações sobre a situação da carceragem do Município de Salinas; Cabo Júlio, João Leite e Sargento Rodrigues em que solicitam seja encaminhado ao Comandante do 49º Batalhão da PMMG pedido de informações sobre as operações de abordagem preventiva conhecidas como "Para, Pedro", com o objetivo de prevenir assaltos contra taxistas na região de Venda Nova; João Leite, Sargento Rodrigues, Cabo Júlio e Leonardo Moreira em que solicitam seja encaminhada ao Chefe da Polícia Civil a correspondência da Câmara Municipal de Nanuque com o pedido de permanência dos Investigadores de Polícia na 4ª Delegacia Regional de Polícia Civil desse Município; Sargento Rodrigues e Cabo Júlio em que solicitam seja encaminhado ao Presidente da BHTRANS pedido de providências para a inclusão das Polícias Civil e Militar nas discussões do Fórum Permanente de Taxistas; Sargento Rodrigues, Cabo Júlio, João Leite e Leonardo Moreira em que solicitam seja encaminhado ao Sr. Paulo Henrique Marinho Goldstein, Delegado de Polícia Civil, pedido de providências para que sejam agilizadas as investigações sobre a autoria do assassinato de Daniela Maria do Carmo Paula, Vereadora do Município de Argirita. A Presidência recebe o requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes em que solicita seja realizada audiência pública no âmbito do programa Divisa Segura, no Município de Sacramento, para debater a política de segurança pública, objetivando diminuir a crescente criminalidade da região, que faz divisa com outros Estados da Federação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2013.

João Leite, Presidente – Sargento Rodrigues – Leonardo Moreira – Lafayette de Andrada.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/6/2013

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marques Abreu, Mário Henrique Caixa e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marques Abreu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tenente Lúcio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 136/2011 (Deputado Ulysses Gomes) e 3.954/2013 (Deputado Mário Henrique Caixa), que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.801/2013. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.809, 3.836, 3.837 e 3.907/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Luzia Ferreira em que solicita seja realizada audiência para debater o Projeto de Lei Complementar nº 98/2011, do Deputado Benjamin Maranhão, que contém o Estatuto da Juventude, em tramitação no Congresso Nacional; e dos Deputados Fred Costa (3) em que solicita seja realizada visita ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, dando continuidade ao acompanhamento das obras no local; em que solicita seja encaminhado ao Superintendente do Aeroporto Internacional Tancredo Neves pedido de providências com vistas à elaboração de estudos para viabilizar a oferta de maior número de vagas de estacionamento aos usuários; e em que solicita seja realizada audiência pública para dar continuidade ao acompanhamento das obras no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins; Rogério Correia (3) em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado Extraordinária da Copa do Mundo - Secopa - pedido de providências para enviar a esta Casa contrato, projeto arquitetônico inicial e realizado,e relatório de execução de reforma do Estádio Governador Magalhães Pinto - Mineirão -, elaborado pelo escritório Gustavo Penna Arquitetos e Associados; em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Esporte e Juventude pedido de informações sobre o custo mensal para o Estado do funcionamento e da manutenção da autarquia Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais - Ademg - nos anos de 2010, 2011 e 2012; e em que solicita seja encaminhado ao Ministério Público Estadual de Defesa do Patrimônio as notas taquigráficas da 7º Reunião Ordinária desta Comissão; Mário Henrique Caixa em que solicita seja realizada audiência pública em conjunto com a Comissão Extraordinária da Copa do Mundo para debater o papel das ouvidorias públicas do Governo de Minas e da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte no que se refere ao atendimento de turistas, jornalistas e delegações internacionais na Copa do Mundo de 2014; Tadeu Martins Leite em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Esporte e da Juventude pedido de providências para que conste em seu “site” a lista de academias credenciadas no programa Geração Saúde, por Município. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2013.

Marques Abreu, Presidente - Tenente Lúcio - Cabo Júlio.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/6/2013

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Wilson Batista, Lafayette de Andrada e Célio Moreira (substituindo o Deputado Deiró Marra, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Sargento Rodrigues e Duarte Bechir. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Wilson Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei Complementar nº 33/2012, Projetos de Lei nºs 2.472 e 2.576/2011 e 3.685, 3.743, 3.873 e 3.881/2013 (Deputado Lafayette de Andrada); e 3.886, 3.898, 3.899, 3.921, 3.925, 3.943 e 3.971/2013 (Deputado Célio Moreira). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 33/2012 e do Projeto de Lei nº 3.685/2013 (relator: Deputado Lafayette de Andrada). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.472 e 2.576/2011 e 3.743, 3.873 e 3.881/2013 (relator: Deputado Lafayette de Andrada); e 3.886, 3.898, 3.899, 3.921, 3.925, 3.943 e 3.971/2013. (relator: Deputado Célio Moreira). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2013.

Doutor Wilson Batista, Presidente - Antonio Lerin - Tadeu Martins Leite.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/6/2013

Às 16h13min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Duarte Bechir, Bosco, Gustavo Valadares (substituindo o Deputado Deiró Marra, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado - BTR), Leonídio Bouças (substituindo o Deputado Elismar Prado, por indicação da Liderança do Bloco Minas sem Censura) e Ulysses Gomes (substituindo a Deputada Maria Tereza Lara, por indicação da Liderança do Bloco Minas sem Censura), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ulysses Gomes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Rosimeire das Graças do Couto, Juíza de Direito da Terceira Vara de Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte, solicitando cópia das imagens da reunião realizada no dia 20/8/2008, para fins de instrução penal (solicitação já atendida pela Presidência); do Sr. Cláudio Augusto Boschi, Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região de Minas Gerais, que encaminha exemplares dos livros "Da coragem, do orgulho e da paixão de ser professor" e "Temas (quase éticos) de desporto"; do Sr. Lucas Oliveira, Presidente do Centro de Direitos Humanos de Sacramento, que denuncia a falta de vagas em creches públicas no Município; e de e-mail enviado por meio do Fale com a Assembleia do Sr. Élcio Ferraz de Lima que solicita incentivo à formação educacional dos professores; e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", em 24/5/2013, do Sr. Nárcio Rodrigues, Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (24/5/2013). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.842/2013 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Bosco, aprovado pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.976/2013, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.878/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Célio Moreira, Duarte Bechir, Bosco e Elismar Prado (3) que solicitam sejam realizadas audiências públicas para debater a absorção das fundações educacionais de ensino superior associadas à Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – nos Municípios de Diamantina, Carangola e Passos; Célio Moreira, Duarte Bechir, Bosco, Elismar Prado e da Deputada Maria Tereza Lara que solicitam sejam realizadas audiências públicas para debater a absorção das fundações educacionais de ensino superior associadas à UEMG no Município de Divinópolis; Célio Moreira, Duarte Bechir, Bosco, Elismar Prado, Ulysses Gomes e da Deputada Maria Tereza Lara que solicitam sejam realizadas audiências públicas para debater a absorção das fundações educacionais de ensino superior associadas à UEMG no Município de Campanha; Liza Prado em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Cultura para debater o Projeto de Lei nº 3.924/2013, de autoria da Deputada Liza Prado e do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que assegura ao aluno matriculado na rede pública estadual de ensino o direito de não se submeter a exame de avaliação curricular nas situações que menciona; dos Deputados Celinho do Sinttrocel (2) em que solicita sejam encaminhados à Secretária de Estado de Educação e ao Governador do Estado pedido de providências para aprovação e realização da reforma e ampliação da Escola Estadual Padre Francisco Weber, localizada no Município de São João do Oriente; Tadeu Martins Leite em que solicita seja encaminhado à Secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o número de escolas estaduais ou etapas de ensino fundamental que foram municipalizadas do ano de 2012 até a presente data no Município de Belo Horizonte; Jayro Lessa em que solicita seja realizada audiência pública no

Município de Itabirito para debater a transformação do Cefet-MG em universidade tecnológica; Rogério Correia em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial para debater a educação do campo no Estado, incluindo as escolas família agrícola e os 15 anos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária; Cabo Júlio em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública para debater a implantação do uniforme escolar de uso obrigatório pelo corpo discente dos Colégios Tiradentes da Polícia Militar, para avaliar os impactos, o clima de insegurança e a exposição a riscos e ameaças a que ficaram sujeitos as crianças e os adolescentes filhos de policiais e bombeiros militares daquele educandário; Célio Moreira (2) em que solicita sejam realizadas audiências públicas nos Municípios de Belo Horizonte e Curvelo para debater e apoiar o projeto de transformação do Cefet-MG em universidade tecnológica; e Glaycon Franco em que solicita seja encaminhado aos pais da estudante Amanda Linhares dos Santos ofício manifestando pesar por seu falecimento. É recebido, para posterior apreciação, o requerimento do Deputado Fabiano Tolentino em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para que analise a viabilidade de criação da Secretaria Estadual de Promoção de Políticas de Igualdade Racial na estrutura orgânica da administração pública do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2013.

Bosco, Presidente – Dilzon Melo.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/6/2013

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Celinho do Sinttrocel, Anselmo José Domingos e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o Deputado Gustavo Valadares, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Bonifácio Mourão, Dilzon Melo e Leonardo Moreira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Anselmo José Domingos, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater as condições da prestação de serviços de transporte de passageiros da empresa Azul Linhas Aéreas e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Elismar Prado em que solicita seja realizada audiência pública para debater a execução das obras de infraestrutura rodoviária no Estado; Anselmo José Domingos em que solicita seja realizada audiência pública para debater as obras realizadas na avenida Tereza Cristina, em Belo Horizonte, em especial quanto ao funcionamento do tráfego de veículos, bem como as desapropriações restantes, a situação do Conjunto Habitacional Parque Arrudas, dos centros comunitário, esportivo, comercial e de saúde e do Centro Municipal de Educação Infantil e a implantação do Parque Linear ao longo do Ribeirão Arrudas; Adalclever Lopes em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para que seja revogado o § 2º do art. 1º do Decreto nº 45.997, de 28 de junho de 2012, que dispõe sobre o credenciamento de pessoa natural ou jurídica para o exercício das atividades de remoção e guarda, em depósito, de veículo automotor apreendido por desrespeito às normas que regulam o transporte intermunicipal e metropolitano de passageiros; do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas e ao Diretor-Geral do Departamento de Trânsito de Minas Gerais pedido de providências para a implementação de restrição do trânsito de veículos automotores de carga na MG-290, que liga o Município de Pouso Alegre ao Município de Jacutinga, no período compreendido entre 14 e 18 horas de domingos, feriados e dias antecedentes e posteriores aos feriados, quando estes recaírem na terça ou quinta-feira, e para a melhoria das vias e acostamentos, entre outras medidas necessárias para aumentar a segurança dos usuários da rodovia; Celinho do Sinttrocel em que solicita seja realizada visita à sede do DNIT em Brasília para acompanhar a sessão pública do Regime Diferenciado de Contratações nº 165/2013-00, destinada ao recebimento da proposta inicial de preços e da proposta técnica de cada lote licitado para as obras de duplicação da rodovia BR-381; Adalclever Lopes, Anselmo José Domingos, Celinho do Sinttrocel e Ivair Nogueira (2) em que solicitam seja encaminhado ao Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas e ao Secretário de Estado de Defesa Social pedido de providências para a celebração de convênio entre o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER-MG - e o Departamento de Transito do Estado com vistas à cooperação destes órgãos quanto ao depósito de veículos apreendidos em operações de fiscalização de transporte intermunicipal e metropolitano de passageiros; seja encaminhado ao Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que sejam analisados a Lei nº 19.445, de 11 de Janeiro de 2011, que estabelece normas para coibir o transporte metropolitano e intermunicipal clandestino de passageiros no Estado, e o Decreto nº 45.997, de 28 de junho de 2012,que dispõe sobre o credenciamento de pessoa natural ou jurídica para o exercício das atividades de remoção e guarda, em depósito, de veículo automotor apreendido por desrespeito às normas que regulam o transporte intermunicipal e metropolitano de passageiros, assim como o ofício CATIDETRAN nº 752-13, expedido em 17/4/2013 pelo Departamento de Trânsito de Minas Gerais - Coordenadoria de Administração de Trânsito -, em face à referida Lei; Ivair Nogueira e do Deputado Gustavo Valadares, em que solicitam seja encaminhado ao Diretor-Geral do DER-MG pedido de providências para a realização de estudo de viabilidade técnica e financeira para a implantação de um anel viário no Município de Conceição do Mato Dentro. São recebidos os requerimentos dos Deputados Celinho do Sinttrocel e Anselmo José Domingos (10) em que solicitam seja encaminhado ao Coordenador do Procon Estadual pedido de informações sobre as reclamações recebidas pelo Procon nos últimos seis meses sobre a aviação regional, com envio à Comissão relatório contendo essas reclamações; seja encaminhado ao Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil - Anac - pedido de informações sobre o quantidade e as razões dos cancelamentos e atrasos de voos nos aeroportos regionais do Estado nos últimos seis meses; sejam encaminhadas ao Sindicato dos Aeronautas e ao Sindicato dos Aeroviários as notas taquigráficas da 9ª Reunião

Extraordinária da Comissão; sejam encaminhadas ao Ministério Público do Trabalho em Campinas, ao Ministério Público de São Paulo em Campinas e ao Procon Campinas as notas taquigráficas da 9ª Reunião Extraordinária da Comissão; seja encaminhado ao Presidente da Anac pedido de providências para que a fiscalização do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, e do Aeroporto Carlos Drummond de Andrade, em Belo Horizonte, seja realizada 24 horas por dia; seja realizada visita técnica à Anac com o objetivo de obter informações sobre a aviação regional no Estado, bem como sobre a situação da rota aérea Belo Horizonte-Ipatinga; seja encaminhado ao Presidente da Anac pedido de informações sobre as medidas que serão adotadas para impedir os recorrentes cancelamentos, remanejamentos, suspensões e atrasos de voos na aviação regional do Estado; seja encaminhado ao Presidente da Anac pedido de informações sobre as reclamações recebidas pela Agência relativas à aviação regional no Estado, nos últimos seis meses, com envio à Comissão de relatório dessas reclamações; seja encaminhado ao Presidente da Azul Linhas Aéreas pedido de informações sobre os motivos do cancelamento da linha Ipatinga-Rio de Janeiro; sejam encaminhadas à Anac, à direção da Azul Linhas Aéreas, ao Ministério Público do Estado e ao Procon Estadual as notas taquigráficas da 9ª Reunião Extraordinária da Comissão; seja encaminhado ao Presidente da Anac pedido de informações sobre o quantidade e as razões de atrasos e cancelamentos de voos da empresa Azul Linhas Aéreas-Trip Linhas Aéreas no Aeroporto de Santana do Paraíso, no Vale do Aço, nos últimos seis meses; seja encaminhado ao Presidente da Azul Linhas Aéreas pedido de informações sobre o cronograma de implantação de novos voos no Estado, especialmente em Ipatinga, conforme exposto na 9ª Reunião Extraordinária da Comissão; seja encaminhado ao Presidente da Anac pedido de informações sobre os motivos do cancelamento da linha aérea Ipatinga-Rio de Janeiro; Bonifácio Mourão em que solicita sejam encaminhadas aos representantes de diversas entidades públicas e privadas as notas taquigráficas da 9ª Reunião Extraordinária da Comissão; Fred Costa em que solicita seja realizada audiência pública para debater a aplicabilidade da Lei Seca e o atendimento de usuários dos transportes público e privado no Estado; Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada audiência pública para debater o programa de rádio "A Voz do Brasil"; Celinho do Sinttrocel (2) em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação dos aeroportos e dos serviços de transporte aéreo regional no Estado; seja encaminhado ao Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para que o itinerário da linha Ipatinga-Santa Cruz seja estendida até os Bairros Caladão e Potira, a fim de atender os moradores da região. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Rubens da Trindade, Assessor da Diretoria de Infraestrutura da Secretaria de Estado de Transportes e Obras públicas, representando o Sr. Carlos Melles, Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas; Edson Antenor Lima Paula, Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor, representando o Sr. Jacson Rafael Campomizzi, Coordenador do Procon Estadual; Rodrigo Costa Cortes, Gerente Regional da Azul Linhas Aéreas em Santana do Paraíso; e Salvador Prado Júnior, Gerente-Geral de Recursos Humanos da Usiminas em Ipatinga, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2013.

Ivair Nogueira, Presidente - Anselmo José Domingos.

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/6/2013

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões o Deputado Carlos Mosconi, membro da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Adelmo Carneiro Leão e Elismar Prado. Havendo número regimental, o Deputado Adelmo Carneiro Leão, no exercício da Presidência, declara aberta a reunião e nos termos do art. 120, inciso III do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Deputado Adelmo Carneiro Leão passa a coordenação dos Trabalhos ao Deputado Carlos Mosconi que na oportunidade, informa que a reunião se destina a incentivar a participação da sociedade na coleta de assinaturas para apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei de iniciativa popular, que determine a aplicação de 10% da receita corrente bruta da União na saúde pública. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Ivaina Reis de Oliveira, Vice-Prefeita de Conceição das Alagoas e os Srs. Celson Pires de Oliveira, Prefeito Municipal de Conceição das Alagoas; Élcio Souto de Paula, Presidente da Câmara Municipal de Conceição das Alagoas; Iraci José de Souza Neto, Superintendente Regional de Saúde de Uberaba, representando Antônio Jorge de Souza Marques, Secretário de Estado de Saúde; Elias Manuel Gomes, Defensor Público e Coordenador Local da Defensoria Pública de Minas Gerais, representando Andréa Abritta Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais; Lincoln Lopes Ferreira, Presidente da Associação Médica de Minas Gerais; José Batista de Souza Neto, Presidente da Subseção da OAB - MG de Conceições das Alagoas, representando Luis Cláudio da Silva Chaves, Presidente da OAB - MG; Márcio Roberto Arduini, Administrador do Sanatório Espírita de Uberaba, representando Saulo Converso Lara, Presidente da Federassantas; Padre Bruno Machado Pinheiro Miranda, da Paróquia de São Pedro de Conceição das Alagoas, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. A Presidência registra a presença dos seguintes Prefeitos Municipais: Ademir Ferreira de Mello, de Campo Florido; Elisa Vieira Campos Rodrigues, Diretora Geral de Saúde de Sacramento, representando o Prefeito Bruno Scalon Cordeiro; Giselda Nogueira, representando Oscar Carneiro Filho, Prefeito de Santa Juliana e Reinaldo Sebastião, Prefeito de Veríssimo. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares,dos convidados e do público em geral, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2013.

Carlos Mosconi, Presidente – Pompílio Canavez.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/6/2013

Às 10h41min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e o Deputado Glaycon Franco, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Liza Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Glaycon Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a Portaria nº 80/2011, da BHTRANS, que impõe restrições à concessão de passe livre para as pessoas com deficiência no transporte público municipal de Belo Horizonte; e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento das seguintes correspondências:ofícios da Sra. Zaira Carvalho Silveira, Assessora Jurídica do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado de Minas Gerais; e da Sra. Juliana Cordeiro Chiari, Diretora do Núcleo de Articulação com os Movimentos Sociais da Coordenadoria Especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência - Caade -, nas quais justificam ausência na reunião. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Geraldo Luís Spagno Guimarães, Assessor Jurídico da Bhtrans; Jussara Bellavinha, Diretora de Atendimento e Informação da BHTRANS; e Diogo Nogueira Maia, Supervisor de Benefícios da Gerência de Atendimento ao Usuário da BHTRANS, representando o Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Márcio Araujo de Lacerda; o Diretor-Presidente da BHTRANS, Ramon Victor Cesar; e a Gerente de Atendimento ao Usuário da BHTRANS, Paula Maria Ferraz; Maria Cecília Lopes de Abreu, Coordenadora de Educação de Trânsito, representando o Diretor-Geral do Detran-MG, Oliveira Santiago Maciel; Kátia Ferraz Ferreira, Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; e Cissa Emanuelle Utsch de Oliveira, Gerente Jurídica do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte - Setra-BH -, representando o Presidente, Iraci de Assis Cunha, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2013.

Liza Prado, Presidente - Cabo Júlio - Glaycon Franco.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/6/2013

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Bosco e Duarte Bechir, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que foi cancelada a parte da reunião destinada a debater o aprimoramento e a inclusão de ferramentas virtuais que viabilizem e ampliem a participação popular e incrementem o debate sobre os problemas e necessidades da sociedade; e que a reunião se destina a apreciar proposições da Comissão. Em seguida, comunica o recebimento de ofício do Deputado André Quintão justificando sua ausência na reunião ordinária de 23/5/2013 pelo fato de estar em Ubá participando da reunião extraordinária destinada à realização de ciclo de debates sobre a NOB-Suas; e da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Maria Cláudia Peixoto Almeida Paula, Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação, e Andréa Cristina de Miranda Costa, Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça; e dos Srs. José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG; Francisco Antônio Tavares Júnior, Secretário Adjunto de Saúde; Rômulo de Carvalho Ferraz, Secretário de Defesa Social; Cylton Brandão da Mata, Chefe da Polícia Civil, e Antônio Eduardo Macedo Júnior, Secretário de Desenvolvimento Econômico em exercício (23/5/2013); e das Sras. Maria Cláudia Peixoto Almeida Paula, Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação (24/5/2013), e Renata Vilhena, Secretária de Planejamento (25/5/2013). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado André Quintão (8) em que solicita seja realizada visita à Associação Mineira de Municípios para discutir a implantação do Suas e as condições de trabalho e salariais nos Municípios do Estado; seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências para a reativação do Conselho de Segurança Pública de Ubá; seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Social pedido de providências para a implantação de uma casa de passagem para moradores de rua em Passos; seja encaminhado ao Governador de Estado, à Secretaria de Transportes e à Diretoria-Geral do DER-MG pedido de providências para a construção de anel viário na MGC-451, entre o Distrito de Xonim, em Governador Valadares, e a cidade de Marilac; seja encaminhado ao Governador do Estado e ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências para a melhoria do patrulhamento nos Distritos de Xonim e Xonim de Baixo, de Governador Valadares, dando-se preferência à designação de policiais residentes nesses Distritos; seja encaminhado à Presidência do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mariana pedido de providências para que o Distrito de Monsenhor Horta receba água tratada; seja encaminhado à Secretaria de Esportes pedido de providências a fim de que seja dado apoio ao Município de Ubá na implantação de áreas de lazer e esportes que atendam ao Bairro Santa Bernadete e região; e seja encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, à Secretaria de Desenvolvimento Social e à Prefeitura Municipal de Passos pedido de providências para a reativação dos centros de referência de assistência social dos Bairros Penha II, Cohab IV e V e Nova Califórnia, em Passos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2013.
André Quintão, Presidente - Maria Tereza Lara - Carlos Mosconi.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/6/2013

Às 9h11min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Sargento Rodrigues, Lafayette de Andrada e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão, e comunica o recebimento de ofício do Ten. Cel. PM Júlio Cesar de Souza, Comandante do 4ª Batalhão da Polícia Militar, publicado em 30/5/2013 no "Diário do Legislativo". Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno, dos Projetos de Lei nº 1.100/2011 (relator: Deputado Leonardo Moreira) e 1.353/2011 (relator: Deputado Sargento Rodrigues); e na forma do vencido no 1º turno, com a Emenda nº 1, do Projeto de Lei nº 3.271/2012 (relator: Deputado Leonardo Moreira). Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Sargento Rodrigues, que conclui pela rejeição do Projeto de Lei nº 694/2011, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista ao Deputado Leonardo Moreira. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.829, 4.830, 4.890, 4.892, 4.893, 4.895 e 4.903/2013. Registra-se a presença do Deputado Cabo Júlio. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados João Leite, Sargento Rodrigues, Leonardo Moreira, Lafayette de Andrada e Cabo Júlio (2) em que solicitam seja realizada audiência pública para debater o uso de substâncias entorpecentes, em especial o "crack", por motoristas profissionais; seja encaminhado ao Comandante da PMMG pedido de providências para que verifique a possibilidade de disponibilização das seguintes viaturas para a 24ª CIA. IND. PM: duas motos Tornado 250cc para patrulhamento ostensivo, patrulhamento escolar e trânsito; uma base comunitária móvel para atendimento às comunidades, principalmente periferias, Distritos, povoados e eventos localizados; uma viatura tipo Blazer para composição de uma 2ª equipe tática móvel; e uma viatura de transporte de tropa tipo Doblò; Fred Costa (1) em que solicita seja realizada audiência pública para debater a segurança pública nas nove regionais do Município de Belo Horizonte e as providências que vem sendo tomadas pelo poder público para a solução dos problemas; Sargento Rodrigues (5) em que solicita seja encaminhada aos membros do Conselho Nacional de Justiça, em especial ao Presidente Ministro Joaquim Barbosa, manifestação de apoio pela iniciativa da criação de um grupo de trabalho para avaliar a real necessidade da Justiça Militar; seja encaminhada manifestação de aplauso aos policiais militares lotados no 21º BPM pela participação em operação que culminou na prisão de um senhor de 84 anos por posse e porte ilegal de armas, no Município de Ubá; seja encaminhada manifestação de aplauso aos policiais militares lotados no 49º BPM, na Rotam, na EFO, na CPE e ao policial civil lotado no Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa - DHPP - da Polícia Civil pela rápida atuação na operação que culminou na prisão de dois homens que tentaram assaltar o policial militar Robson de Carvalho Gonçalves, na Região Metropolitana de Belo Horizonte; seja encaminhada manifestação de aplauso aos policiais militares lotados no 33º BPM e 7ª CIA. PM pela participação em operação que culminou na prisão de quatro homens que furtaram carga com cerca de 1.200kg de carne na BR-262, em Juatuba; seja encaminhada manifestação de aplauso aos policiais militares lotados no 22º BPM pela participação em operação que culminou na prisão de três homens pela prática do crime de tráfico de drogas no Aglomerado da Serra, Região Centro-Sul de Belo Horizonte. São recebidos requerimentos dos Deputados Gustavo Perrella (1) em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Conceição dos Ouros para debater o aumento da criminalidade no Município e nas cidades de Paraisópolis e Cachoeira de Minas; e Celinho do Sinttrocel em que solicita seja realizada visita conjunta desta Comissão e da Comissão de Direitos Humanos à cadeia pública de Timóteo, para verificar as condições e a situação de segurança do estabelecimento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2013.
João Leite, Presidente.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/6/2013

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Costa, André Quintão, Dalmo Ribeiro Silva, Duilio de Castro e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Rosalvo da Silva Santana, solicitando o apoio desta Casa ao pleito consubstanciado no Projeto de Lei nº 3.195/2012, que dispõe sobre o piso salarial regional dos profissionais de enfermagem. Ato contínuo, o Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nº 2.369/2011 (Deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição), Projeto de Lei Complementar nº 44/2013, Projeto de Resolução nº 4.163/2013 e Projetos de Lei nºs 4.110, 4.114, 4.132, 4.136 e 4.137/2013 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); Projeto de Lei Complementar nº 43/2013 e Projetos de Lei nºs 4.109, 4.115, 4.119, 4.133 e 4.138/2013 (Deputado Luiz Henrique); Projetos de Lei nºs 4.108, 4.111, 4.123, 4.126, 4.129 e 4.139/2013, e, em virtude de

redistribuição, o Projeto de Lei nº 691/2011 (Deputado Gustavo Perrella); Projetos de Lei nºs 4.113, 4.118, 4.121, 4.122, 4.127, 4.130, 4.132, 4.131 e 4.143/2013 e, em virtude de redistribuição, o Projeto de Lei nº 683/2011 (Deputado André Quintão); Projetos de Lei nºs 4.107, 4.120 e 4.125 e 4.144/2013 (Deputado Duilio de Castro); 4.112, 4.117, 4.128 e 4.134/2013 (Deputado Sebastião Costa). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 683/2011 com a Emenda nº1 e, no 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.983/2012 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado André Quintão); em turno único, o Projeto de Lei nº 4.106/2013 (relator: Deputado Duilio de Castro) e, no 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.012/2012 na forma do Substitutivo nº1 (relator: Deputado Luiz Henrique). Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.890/2012 (relator: Deputado Sebastião Costa). É convertido em diligência à Secretaria de Estado de Saúde e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão o Projeto de Lei nº 2.900/2012 (relator: Deputado Luiz Henrique). Neste momento, retira-se da reunião o Deputado Luiz Henrique e registra-se a presença do Deputado Paulo Guedes, (substituindo o Deputado Leonídio Bouças, por indicação da Liderança do MSC). Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Sebastião Costa, sobre o Projeto de Lei nº 3.342/2013, em 1º turno, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, são apresentadas as propostas de emendas nºs 1, 2 e 3, dos Deputados Sargento Rodrigues, Adalclever Lopes e Rômulo Veneroso, respectivamente. Encerrada a discussão, o Presidente submete a votação o parecer, que é aprovado, e, em seguida, submete a votação as propostas de emendas, que são rejeitadas. O Projeto de Lei nº 3.394/2012 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Duilio de Castro, aprovado pela Comissão. Neste momento, registra-se a presença do Deputado Luiz Henrique. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.510/2012 (relator: Deputado Sebastião Costa); 3.609/2012 na forma do Substitutivo nº1 (relator: Deputado André Quintão); e 3.659/2012 na forma do Substitutivo n º1 (relator: Deputado Luiz Henrique). Neste momento, retira-se da reunião o Deputado Luiz Henrique. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.882/2013 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: Deputado André Quintão); 3.912/2013 com a Emenda nº1 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); e 3.918/2013 na forma do Substitutivo nº1 (relator Deputado Sebastião Costa). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.950/2013, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo relator, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Neste momento, retira-se da reunião o Deputado Paulo Guedes e registra-se a presença do Deputado Luiz Henrique. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 286/2011 e 4.101/2013 (relator: Deputado Luiz Henrique). Neste momento, retira-se da reunião o Deputado Luiz Henrique. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.093 e 4.094/2013 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 4.099/2013 (relator: Deputado Duilio de Castro); e 4.104/2013 (relator: Deputado André Quintão). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos em que se solicita sejam baixados em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 4.081, 4.091, 4.092, 4.097, 4.098 e 4.100/2013; e à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 4.109/2013. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2013.

Sebastião Costa, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Luiz Henrique - Adalclever Lopes - Romel Anízio.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/6/2013

Às 10h12min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio Moreira, Lafayette de Andrada (substituindo o Deputado Duarte Bechir, por indicação da Liderança do BTR), Antônio Carlos Arantes (substituindo o Deputado Rômulo Veneroso, por indicação da Liderança do BAM) e Luiz Humberto Carneiro (substituindo o Deputado Gustavo Corrêa, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento do e-mail da Sra. Salyma Freitas, enviado por meio do Fale com a Assembleia, em que encaminha reportagem relatando a morte de um cavalo enquanto puxava charrete com turistas em São Lourenço e solicitando providências ao Ministério Público e ao governo do Estado a fim de se proibir o uso de charretes e de capacitar charreteiros para buscarem outras fontes de sustento. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: em turno único, Projeto de Lei nº 4.067/2013 (Deputado Rômulo Veneroso); e no 1º turno, Projeto de Lei nº 3.311/2012 (Deputado Gustavo Corrêa). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Registra-se a presença do Deputado Duarte Bechir. O Presidente, relator da matéria, determina a distribuição em avulso do parecer sobre o Projeto de Lei nº 276/2011, em 1º turno, que conclui pela aprovação da proposição na forma do Substitutivo nº 2. Registra-se a presença dos Deputados Duarte Bechir, Rogério Correia e Sargento Rodrigues. Em seguida, os Deputados Rogério Correia e Sargento Rodrigues se retiram da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 4.028/2013 com a

Emenda nº 1. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.894/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. São recebidos os requerimentos dos Deputados Fred Costa em que solicita seja realizada audiência pública para debater a falta de preservação das nascentes da Serra da Moeda; Célio Moreira (3) em que solicita seja encaminhado à Subsecretaria de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada pedido de providências para verificar a atividade da empresa Aldo Messias Pinto; seja encaminhado ao Prefeito Municipal de Monte Carmelo pedido de informações acerca das providências adotadas sobre os processos administrativos nºs 0000848/2013 e 0000849/2013, requeridos pela Sra. Sabina Donizete Araújo, a qual manifesta indignação com a atividade da empresa Aldo Messias Pinto; e sejam encaminhados ao Coordenador Regional da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente, para providências, um arquivo de CD com fotos e o abaixo-assinado feito pelos moradores do Bairro Boa Vista, em Monte Carmelo, por meio do qual manifestam indignação com a atividade da empresa Aldo Messias Pinto. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, hoje, às 17h30min, para apreciar o Parecer para 1º Turno do Projeto de Lei nº 276/2011, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2013.

Célio Moreira, Presidente – Lafayette de Andrada – Zé Maia – Romel Anísio.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/6/2013

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ivair Nogueira, Anselmo José Domingos e Gustavo Valadares, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Célio Moreira e Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ivair Nogueira, declara aberta a reunião e nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater questões relativas ao metrô na Região Metropolitana de Belo Horizonte, mais especificamente, a integração entre as vias 1, 2 e 3 e o trem metropolitano, apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: do Sr. Fernando Viana Cabral, Presidente do Iepha-MG (30/5/2012). A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Adrian Machado, Diretor de Planejamento Metropolitano, Articulação e Intersetorialidade representando Alexandre Silveira de Oliveira, Secretário de Estado Extraordinário de Gestão Metropolitana; Adão Guimarães, Analista Técnico representando Jorge Antônio Azevedo Vieira, Superintendente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU-BH -; Fabrício Torres Sampaio, Secretário de Estado Adjunto de Transportes e Obras Públicas e Presidente da Metro Minas - Trem Metropolitano de Belo Horizonte S.A.; Diogo Prosdocimi, Subsecretário de Regulação de Transportes da Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas; Tomás Alexandre Ahouagi, Assessor de Relações Metropolitanas e Metrô representando Ramon Victor César, Diretor-Presidente da BHTRANS; Antônio E. Totó Teixeira, ex-Vereador; e Wellington Bessa, Vereador Sapão, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Anselmo José Domingos, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 370/2011, (Redistribuída a proposição ao Deputado Anselmo José Domingos); e Parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.590/2012, (relator: Deputado Anselmo José Domingos) e o Projeto de Lei nº 2.887/2012, no 1º turno, Parecer pela rejeição (relator: Deputado Gustavo Valadares). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.935/2013 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Gustavo Valadares), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.825, 4.826, 4.827, 4.828, 4.831 e 4.840. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final dos Projeto de Lei nº 3.743/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Ivair Nogueira em que solicita seja realizada reunião de audiência pública da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater os altos índices de acidentes de trânsito decorrentes dos distúrbios do sono, sendo convidadas as Comissões de Saúde e de Prevenção e Combate ao uso do Crack e outras drogas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2013.

Ivair Nogueira, Presidente - Juarez Távora.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/6/2013

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Braulio Braz e André Quintão (substituindo este ao Deputado Almir Paraca, por indicação da Liderança do MSC), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Braulio Braz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado André Quintão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante da pauta e a discutir e votar

proposições da Comissão e comunica o recebimento de correspondência do Sr. Rubens Portugal Bacellar, Diretor de Gestão Interna do Ministério do Turismo, informando que em 15/5/2013 foi liberada a importância de R$77.653,75 referente ao convênio que tem por finalidade a promoção do turismo de Minas Gerais por meio de ações de divulgação em âmbito nacional e apoio à participação do Estado na ABAV 2011; e que em 27/5/2013 foi liberada a importância de R$ 202.500,00 referente ao Convênio que tem por objetivo a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.061/2011 (relatora: Deputada Ana Maria Resende), que recebeu parecer por sua aprovação. Ato contínuo, submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.853/2013. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2013.

Gustavo Perrella, Presidente - Glaycon Franco - João Leite.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/6/2013

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões o Deputado Bosco, membro da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Dilzon Melo. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Bosco, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater e apoiar o projeto de transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - Cefet-MG em universidade tecnológica e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Ana Lúcia Prado, Coordenadora de Educação Social da Secretária Municipal de Educação de Varginha, representando a Sra. Rosana Aparecida Carvalho, titular dessa pasta; e Luize Batista Campos, aluna do Cefet de Varginha; e os Srs. Antônio Silva, Prefeito Municipal de Varginha; Leonardo Vinhas Ciacci, Presidente da Câmara Municipal de Varginha; Márcio Silva Basílio, Diretor-Geral do Cefet-MG; Fernando Teixeira Filho, Diretor do Campus Varginha do Cefet-MG; e André Silva Marostica, aluno do Cefet de Varginha, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2013.

Duarte Bechir, Presidente – Maria Tereza Lara – Elismar Prado.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/6/2013

Às 10h40min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Elismar Prado, Luiz Henrique e Tiago Ulisses, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento de correspondência da Sra. Cristina Amorim, Gestora de Projetos Culturais do Crea-MG, encaminhando o projeto "Um Olhar para o Barroco Mineiro" e solicitando apoio da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 4.065/2013, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.914/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento da Deputada Luzia Ferreira em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão com a finalidade de debater as dificuldades enfrentadas pelos profissionais circenses para o exercício da sua profissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de junho de 2013.

Elismar Prado, Presidente.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/6/2013

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Duarte Bechir, Bosco e Elismar Prado, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Liza Prado e os Deputados Rogério Correia, Romel Anízio, Adelmo Carneiro Leão, Dilzon Melo, Sebastião Costa, Antônio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva, Sargento Rodrigues, Luiz Henrique, Zé Maia, Fabiano Tolentino e Ulysses Gomes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a absorção das fundações educacionais de ensino superior associadas à Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG - e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Lázara Maria Alves Moraes de Souza, Presidente da Fundação

Educacional de Ituiutaba; Silvana Regina Paslauski, Presidente da Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha em Diamantina; e Joana Beatriz Barros Pereira, Interventora da Fundação Cultural Campanha da Princesa; e os Srs. Narcio Rodrigues da Silveira, Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Cássio Soares, Secretário de Desenvolvimento Social; Dijon Moraes Junior, Reitor da Uemg; Fábio Pimenta Esper Kallas, Presidente da Fundação de Ensino Superior de Passos; Braz Antônio Pereira Cosenza, Presidente da Fundação Fafile de Carangola; Gilson Soares, Presidente da Fundação Educacional de Divinópolis; Nelson Luiz Ribeiro da Silva, Presidente do Sindicato dos Professores da Uemg; Gilson Reis, Presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais; Paulo Sérgio de Oliveira, Diretor de Comunicação da União Estadual dos Estudantes, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Logo após, o Presidente, na condição de um dos autores do requerimento que deu origem a esta audiência, tece suas considerações iniciais. A seguir, concede a palavra à Deputada Maria Tereza Lara e aos Deputados Bosco, Elismar Prado e Luiz Henrique, também autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações e, após, passa a palavra aos demais deputados presentes. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. A Presidência recebe, para posterior apreciação, requerimentos da Deputada Liza Prado (3) em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para que seja observada a situação dos professores das fundações educacionais no processo de incorporação à Uemg; seja encaminhado ao Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior pedido de providências com objetivo idêntico ao do requerimento anterior; e sejam encaminhadas ao Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais - Sinpro-MG - as notas taquigráficas desta reunião; e do Deputado Antônio Carlos Arantes em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Campanha para debater a absorção da Fundação Cultural Campanha da Princesa pela Uemg. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2013.

Duarte Bechir, Presidente - Deiró Marra - Luiz Henrique.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/6/2013

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados André Quintão e Carlos Mosconi (substituindo este ao Deputado Fred Costa, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado André Quintão, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Trabalho e Emprego pedido de providências para que seja elaborado e encaminhado à Assembleia Legislativa o levantamento dos imóveis do Estado passíveis de destinação para implementação de pontos fixos de comercialização da Economia Solidária, prioritariamente nas cidades-polo das regiões administrativas do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2013.

André Quintão, Presidente - Duarte Bechir - João Leite.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/6/2013

Às 10h15min, comparecem na Câmara Municipal de Paracatu os Deputados João Leite e Cabo Júlio, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Almir Paraca. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a cooperação entre os órgãos de segurança dos Estados de Minas Gerais e Goiás e do Distrito Federal visando à melhoria da segurança pública nos referidos Estados e em suas divisas. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Padre João, Deputado Federal; Olavo Remígio Condé, Prefeito Municipal de Paracatu; José Altino, Vice-Prefeito Municipal de Paracatu; Glewton de Sá Guimarães, Presidente da Câmara Municipal de Paracatu; Cristian Arley Silva Lages, Delegado de Polícia Federal, representando o Sr. Sérgio Barboza Menezes, Superintendente Regional da Polícia Federal; Áderson de Souza Prado, Chefe do Núcleo de Policiamento e Fiscalização da 16ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal, representando o Sr. Walder Nascimento Vieira, Superintendente Regional da Polícia Rodoviária Federal; o Cel. PM Hércules dos Reis Silva, Comandante da 16ª Região da Polícia Militar, representando o Cel. PM Márcio Martins Sant'Ana, Comandante-Geral da PMMG; o Ten. Cel. BM Itamar Caetano Filho, Comandante do 5º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar, representando o Cel. BM Sílvio Antonio de Oliveira Melo, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; os Srs. Marcos Tadeu de Brito Brandão, Chefe do 16ª Departamento de Polícia Civil de Unaí, representando o Sr. Cylton Brandão da Matta, Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Rodrigo Mendes de Araújo, Delegado Regional do Estado de Goiás, representando o Sr. João Carlos Gorski, Delegado-Geral da Polícia Civil desse Estado; Raad Massouh, Deputado da Câmara Legislativa do Distrito Federal; o Cel. QPOM Wolney Rodrigues da Silva, Chefe da Coordenação dos Gabinetes de Gestão Integrada da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, representando o Sr. Sandro Torres Avelar, Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal; e o Sr. Jorge Luís Xavier, Diretor-

Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente tece suas considerações iniciais e concede a palavra aos Deputados para suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2013.

João Leite, Presidente - Leonardo Moreira - Sargento Rodrigues.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/6/2013

Às 9h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Rômulo Viegas e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil, prestando esclarecimentos sobre habitação; e da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil; dos Srs. Luiz Audebert Delage Filho, Corregedor-Geral de Justiça; Cylton Brandão da Matta, Chefe da Polícia Civil; Elcio Loureiro Cornelsen, Presidente da Comissão de Ética da UFMG; Bonifácio de Andrada, Deputado Federal; Cel. PM Hebert Fernandes Souto Silva, Corregedor da PMMG; Renato Patrício Teixeira, Corregedor-Geral da Polícia Civil (14/6/2013); Renan Calheiros, Senador da República; Roberto Ricardo Vizentin, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Luiz Henrique de Vasconcelos Quaglietta Correa, Defensor Público Federal-Chefe; Francisco Romário Wojcicki, Secretário Executivo Adjunto do Ministério de Minas e Energia; e Edson Lima Campos, da Gerência de Relacionamento com Clientes Especiais do Poder Público da Distribuição da Cemig (15/6/2013). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.296/2012 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno (relator: Deputado Rômulo Viegas). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (4) em que solicita seja realizada audiência pública para debater fatos novos que caracterizariam como atentado político o acidente que provocou a morte de ex-Presidente Juscelino Kubitschek e de seu motorista Geraldo Ribeiro; sejam encaminhados à Secretaria de Defesa Social, à Chefia e à Corregedoria da Polícia Civil os documentos apresentados na 14ª Reunião Ordinária da Comissão pelo Sindicato dos Peritos Criminais de Minas Gerais; o trecho das notas taquigráficas dessa reunião em que constam as falas dos Srs. Wilton Ribeiro de Sales, Presidente desse Sindicato, e Walney José de Almeida, Presidente da Associação de Criminalística de Minas Gerais; e pedido de providências para a averiguação da denúncia de que o Sr. Cláudio Vilela Rodrigues, Perito Criminal, estaria sendo alvo de tentativas de intimidação em razão de declarações em favor da autonomia pericial; seja realizada visita às Vilas Itaú, PTO e outras, no entorno do Córrego Ferrugem, em Contagem, para averiguar denúncias de iminente violação dos direitos fundamentais dos moradores; e seja realizada audiência pública em Contagem para discutir denúncias de iminente violação dos direitos fundamentais dos moradores no entorno do Córrego Ferrugem, especialmente do direito à moradia, em razão do processo de desapropriação em curso para a implantação do Programa de Requalificação Urbana e Ambiental e de Controle de Cheias do Córrego Ferrugem; Durval Ângelo e Rogério Correia em que solicitam seja realizada visita ao Presidente da Copasa-MG para discutir os problemas verificados na rede de água e esgoto em Vespasiano, bem como casos similares em outros Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte; Cabo Júlio em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a invasão de domicílio e constrangimento ilegal que teriam sido praticados contra o Subten. PM Cleber Batista Ribeiro por policiais civis lotados na 1ª Delegacia de Venda Nova, em 7/6/2013; e Fred Costa em que solicita seja realizada audiência pública para discutir o crescente número de assassinatos de moradores de rua em Belo Horizonte. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2013.

Durval Ângelo, Presidente - Rogério Correia – Duarte Bechir.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 24/6/2013, destinada à realização do ciclo de debates "Um novo olhar sobre a dependência química".

Palácio da Inconfidência, 21 de junho de 2013.

Dinis Pinheiro, Presidente.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 20/6/2013, a seguinte comunicação:

Do Deputado Sávio Souza Cruz em que notifica o falecimento do Sr. Rodrigo César Rodrigues Silva, ocorrido em 19/6/2013, nesta Capital. (- Ciente. Oficie-se.)

CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 20/6/2013, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Adriano da Farmácia, Vereador da Câmara Municipal de Pouso Alegre, encaminhando moção de aplauso a este Legislativo pelo apoio e pela participação na reunião de interiorização da campanha "Assine + Saúde", realizada em 24/5/2013, nesse Município. (- À Comissão de Saúde.)

Do Sr. Bruno Markus Nunes Miranda, da Gerência de Relacionamento com Clientes Especiais do Poder Público da Distribuição, da Cemig, prestando informações relativas ao Requerimento n° 4.703/2013, do Deputado Anselmo José Domingos.

Do Sr. Carlos Melles, Secretário de Transportes, prestando informações relativas ao Requerimento n° 4.626/2013, do Deputado Mário Henrique Caixa.

Da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, encaminhando a cartilha "O Menor Caminho entre os Interesses da População e a Câmara dos Deputados". (- À Comissão de Participação Popular.)

Do Sr. Danilo de Castro, Secretário de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento n° 4.417/2013, da Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack.

Do Sr. Edson Lima Campos, da Gerência de Relacionamento com Clientes Especiais do Poder Público da Distribuição, da Cemig, prestando informações relativas ao Requerimento n° 4.725/2013, da Comissão de Participação Popular.

Do FNDE (16) prestando informações relativas à liberação dos recursos financeiros que menciona, destinados a garantir a execução de programas desse Fundo. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Jobson Nogueira de Andrade, Presidente do Crea-MG, solicitando a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 4/2011. (- Anexe-se ao Projeto de Lei Complementar nº 4/2011.)

Do Sr. Júlio César dos Santos Esteves, Secretário Adjunto de Casa Civil (2), prestando informações relativas aos Projetos de Lei nºs 3.489, 3.622, 3.667/2012; 3.782, 3.900, 3.918, 3.980, 3.981, 4008 e 4.018/2013, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça; e ao Projeto de Lei nº 532/2011, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Fiscalização Financeira. (- Anexem-se aos respectivos projetos de lei.)

Do Sr. Lincoln Portela, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, solicitando informações sobre a situação do projeto de lei em tramitação nesta Casa que dispõe sobre o processo de emancipação de novos distritos, em especial o Distrito de Vai-Volta.

Do Sr. Marcos Paulo de Souza Miranda, Coordenador da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.311/2012, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.311/2012.)

Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil (3), prestando informações relativas aos Requerimentos n°s 3.454/2012, da Comissão Especial das Enchentes; 4.301/2013, da Comissão de Participação Popular; e 4.354/2013, da Comissão de Transportes.

Do Sr. Messias Ferreira Martins, Vereador da Câmara Municipal de Machado, comunicando a concessão do título de Cidadão Honorário Machadense ao Deputado Dinis Pinheiro, por essa Casa Legislativa.

Do Sr. Paulo Tadeu Silva D`Arcádia, Presidente da Câmara Municipal de Poços de Caldas, encaminhando moção de apelo em que os Vereadores dessa Casa Legislativa solicitam às autoridades que mencionam o aumento dos efetivos das Polícias Militar e Civil, em razão dos crescentes índices de violência registrados no referido Município. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento, encaminhando propostas de alteração do Anexo I - Metas Fiscais - do Projeto de Lei nº 4.086/2013, em razão de erros materiais identificados na proposição original. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 4.086/2013.)

Do Sr. Rômulo de Carvalho Ferraz, Secretário de Defesa Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.544/2013, da Deputada Liza Prado.

Do Sr. Saulo Levindo Coelho, Provedor do Grupo Santa Casa de Belo Horizonte, encaminhando o Relatório Anual-Balanço Social dessa instituição relativo ao ano de 2012. (- À Comissão de Saúde.)

CARTÃO

Da Sra. Solanda Steckelberg, Presidente da Fundação Clóvis Salgado, encaminhando o novo vídeo institucional dessa Fundação. (- À Comissão de Cultura.)

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de pesar pelo falecimento do Sr. Jair Vieira Campos, ex-Prefeito Municipal de Dom Cavati, ocorrido em 13/5/2013, nesse Município (Requerimento nº 4.712/2013, do Deputado Sebastião Costa);

de congratulações com o Sr. Leandro Roberto de Paula Reis, Procurador-Geral do Município de Pouso Alegre, pela gestão eficiente realizada no setor de dívida ativa (Requerimento nº 4.730/2013, do Deputado Inácio Franco);

de congratulações com a comunidade de Perdões pelo aniversário desse Município (Requerimento nº 4.731/2013, do Deputado Fábio Cherem);

de congratulações com a comunidade de Pirapora pelo aniversário desse Município (Requerimento nº 4.732/2013, do Deputado Fábio Cherem);

de aplauso ao Município de Elói Mendes pelo recebimento do Prêmio Mineiro de Boas Práticas na Gestão Municipal, concedido pela Associação Mineira de Municípios (Requerimento nº 4.733/2013, do Deputado Fábio Cherem);

de congratulações com o Instituto Noisinho da Silva pela conquista do Prêmio Bom Exemplo de- 2013, na categoria Inovação (Requerimento nº 4.782/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Aécio Neves, Senador da República, por sua eleição para a Presidência Nacional do PSDB (Requerimento nº 4.799/2013, do Deputado Duarte Bechir);

de aplauso aos policiais militares lotados no 1º Batalhão de Polícia Militar que atuaram na operação que culminou na prisão de Flávio Alves Pereira e Sirley Martins Alvarenga, que assaltaram, em 15/5/2013, a joalheria Richter, no Shopping Cidade (Requerimento nº 4.829/2013, do Deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a Polícia Civil pelos 205 anos de sua criação (Requerimento nº 4.830/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. José Mário Caprioli dos Santos, Presidente do Comitê Executivo da Azul Linhas Aéreas, por ter sido agraciado com o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais (Requerimento nº 4.831/2013, do Deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com os policiais militares do 40º Batalhão de Polícia Militar que atuaram na operação que apreendeu 100kg de maconha no Município de Ribeirão das Neves, em 29/5/2013 (Requerimento nº 4.890/2013, do Deputado Cabo Júlio);

de congratulações com a comunidade de Tupaciguara pelo 101º aniversário desse Município (Requerimento nº 4.891/2013, do Deputado Bosco);

de aplauso aos policiais militares lotados no 23º Batalhão de Polícia Militar que participaram de operação que culminou na prisão de três homens por crime de tráfico de drogas no Município de Divinópolis, em 17/5/2013 (Requerimento nº 4.892/2013, do Deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais militares lotados na 3ª Cia. de Missões Especiais da Polícia Militar no Município de Juiz de Fora pelo desenvolvimento de operação de combate ao tráfico de drogas que vem obtendo grande êxito nesse Município e região (Requerimento nº 4.893/2013, do Deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares do 16º Batalhão de Polícia Militar que atuaram em operação no Bairro Concórdia, em Belo Horizonte, que culminou na apreensão de arma de fogo, drogas e balanças de precisão (Requerimento nº 4.895/2013, do Deputado Cabo Júlio);

de congratulações com a comunidade de Andrelândia pelo aniversário desse Município (Requerimento nº 4.896/2013, do Deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a comunidade de Monte Santo de Minas pelo aniversário desse Município (Requerimento nº 4.897/2013, do Deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a comunidade de Jequeri pelo aniversário desse Município (Requerimento nº 4.898/2013, do Deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a comunidade de Mariana pelo aniversário desse Município (Requerimento nº 4.899/2013, do Deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a comunidade de Ouro Preto pelo aniversário desse Município (Requerimento nº 4.900/2013, do Deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com os policiais militares do 1º Grupo de Policiamento Rodoviário Estadual do 8º Pelotão de Meio Ambiente e Trânsito da 12ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito, no Município de Ponte Nova, pela apreensão de 350.000 cigarros contrabandeados do Paraguai (Requerimento nº 4.903/2013, do Deputado Cabo Júlio);

de congratulações com a comunidade de Urucânia pelo aniversário desse Município (Requerimento nº 4.904/2013, do Deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a comunidade de Guidoval pelo aniversário desse Município (Requerimento nº 4.905/2013, do Deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a comunidade de Santo Antônio do Amparo pelos 74 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.910/2013, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a comunidade de Cristais pelos 65 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.911/2013, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Museu Histórico Abílio Barreto pelos 70 anos de sua fundação (Requerimento nº 4.914/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso aos membros do Conselho Nacional de Justiça, em especial ao Presidente, Ministro Joaquim Barbosa, pela iniciativa da criação de um grupo de trabalho para avaliar a real necessidade da Justiça Militar e em que externa seus protestos pela extinção da referida Justiça Militar (Requerimento nº 4.973/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais militares lotados no 33° BPM e na 7ª CIA PM pela participação em operação que culminou na prisão de quatro homens que furtaram carga com cerca de 1.200kg de carne na BR-262, em Juatuba (Requerimento nº 4.974/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais militares lotados no 22º BPM pela participação em operação que culminou na prisão de três homens pela prática do crime de tráfico de drogas no Aglomerado da Serra, na região Centro-Sul de Belo Horizonte (Requerimento nº 4.975/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais militares lotados no 21º BPM pela participação em operação que culminou na prisão de um senhor de 84 anos por posse e porte ilegal de armas em Ubá (Requerimento nº 4.976/2013, da Comissão de Segurança Pública).

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 12/6/2013

O Deputado Elismar Prado* - Boa tarde. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente, ocupo esta tribuna para tratar de questões importantes para o Estado de Minas Gerais. Entre elas, quero falar do projeto que dispõe sobre a absorção das fundações educacionais pela Universidade de Ensino Superior de Minas Gerais - Uemg. Esse projeto tramita nesta Casa em caráter de urgência, mediante requerimento de minha autoria.

Trata-se de uma luta de mais de 20 anos em defesa da estadualização das unidades da Uemg, ou seja, da absorção das fundações de ensino vinculadas ao Estado, transformando-as em universidade pública e gratuita. A Uemg foi criada pela Constituição em 1989, portanto já são mais de 20 anos. Ela deveria absorver todas as fundações estaduais que já existiam, e a ideia era que duas unidades fossem incorporadas a cada quatro meses, mas isso não aconteceu. Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o Estado tem uma dívida histórica com a educação, com o ensino superior em Minas Gerais.

O governo do Presidente Lula e agora o da Presidenta Dilma iniciaram um processo importantíssimo de expansão do ensino superior no Brasil com a criação do ProUni, com as extensões universitárias em todo o Brasil, com o Pronatec, com os institutos federais de ensino superior, ou seja, investiram maciçamente em educação superior e técnica para pagar nossa imensa dívida histórica com a educação. Infelizmente, Minas Gerais ficou atrasada neste processo de investimento em ciência, tecnologia e produção de conhecimento; porém, agora, temos oportunidade de colocar um fim nessa imensa novela.

Em 2003, esse processo de estadualização das unidades da Uemg foi tema de uma comissão especial. Agora tive a felicidade de os Deputados desta Casa aprovarem um requerimento de minha autoria para que a matéria tramite em regime de urgência. Aliás, hoje, às 16 horas, realizaremos uma audiência pública. Vamos contar com a participação de representantes de todas as unidades das fundações educacionais de Minas Gerais, de Ituiutaba, Campanha, Carangola, Diamantina, Divinópolis e Passos.

Essa questão me preocupa muito, Sr. Presidente, porque o processo envolve a apresentação de documentos por parte das fundações. Esta Casa precisa aprovar o projeto, e o governo precisa absorver todo o corpo de funcionários, as instalações e assumir todas as despesas. Vamos acompanhar esse projeto de perto porque nosso objetivo realmente é oferecer ensino público e gratuito de qualidade nessas fundações, que se transformarão em universidades públicas. Isso se faz necessário para que o governo de Minas comece a pagar a imensa dívida que tem com a educação superior de Minas Gerais. Lá em Ituiutaba são cerca de 2.500 alunos, e, com esse processo, poderemos abrir novos cursos e melhorar a qualidade do ensino. O governo do Estado tem de passar a investir na educação superior.

Então, proponho essa discussão. Repito, realizaremos hoje a audiência pública para tratarmos desse processo. O governo deverá regulamentar e esclarecer todos os procedimentos que serão adotados para que esse processo realmente aconteça.

Esperamos que em 2014 seja iniciado todo o processo seletivo, vestibular, para tratarmos as fundações como universidades que oferecem ensino superior público e gratuito.

Sr. Presidente, quero falar de um assunto recorrente aqui em Minas e que nos preocupa muito: a situação dos nossos trabalhadores em educação. Estivemos na última assembleia do Sind-UTE, que sinalizou várias paralisações. Sabemos que os acordos não foram cumpridos pelo governo do Estado. O Deputado Rogério Correia acompanha de perto essa questão. A palavra foi empenhada pelo governo, e não foi cumprida, o que indica um descaso com os nossos professores e com as nossas professoras. Minas não cumpre a lei federal do piso salarial nacional da educação, congelou a carreira dos profissionais, não paga os reajustes anuais definidos pelo MEC. Ninguém gosta de greve, pois provoca prejuízos ao calendário escolar, aos alunos e aos pais, mas, infelizmente, os nossos trabalhadores da educação estão recebendo salários de fome. Em vez de pagar o piso nacional, que significa vencimento básico, o Estado faz uma manobra e incorpora benefícios e gratificações, para dizer que paga o piso. Esse é o grande golpe. Piso é vencimento

inicial básico e não pode incorporar gratificações e benefícios. Os direitos foram conquistados com muita luta e devem ser mantidos. Em virtude disso e de outras questões, a categoria quer o descongelamento da carreira; o atendimento digno no Ipsemg, que hoje é desumano; a nomeação de todos os concursados para os cargos vagos; o cumprimento de hora atividade sem aumento da jornada de trabalho; a valorização e o respeito; a negociação com o governo, que não recebe a categoria para tratar da pauta de reivindicações.

As paralisações ocorrerão nos dias 17, 18, 22, 26 e 27, datas que coincidem com os jogos da Copa das Confederações. Será um processo de pressão para provocar realmente o governo a se reunir com a categoria e recebê-la com dignidade, iniciando uma negociação com os trabalhadores da educação, a quem deixamos aqui a nossa solidariedade. O Deputado Federal Weliton Prado defende o piso nacional da educação. Existe um grupo de trabalho na Câmara Federal acompanhando essa questão de perto.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Elismar Prado, parabenizo-o por abordar novamente o assunto da educação, que tem sido objeto de muitas críticas de nossa parte. V. Exa. lembrou os avanços no âmbito federal, com o Pronatec, o ProUni. Aqui, infelizmente, até hoje as universidades estaduais, como a Uemg, não existem de fato. Estamos com problemas no pagamento do piso, além de vários outros.

Hoje trago a reflexão para os Deputados e o povo mineiro. V. Exa. viu a propaganda do PSDB reclamando que o PIB brasileiro cresceu pouco no primeiro trimestre: 0,6%. Foi pouco mesmo em relação ao que desejamos, embora o Brasil seja o País onde o PIB mais cresceu, com exceção dos Estados Unidos. O que os tucanos não dizem foi o que aconteceu em Minas, onde o PIB sofreu uma queda de 1,2% no trimestre. Foi o Estado com o menor PIB. O "pibinho" de Minas foi 1,2% negativo, o que demonstra suas dificuldades.

Caiu por quê? Caíram os preços das "commodities" do minério e da energia e, quando isso acontece, cai o PIB. Então o PIB da China se transformou de novo no PIB da Somália: -1,2%. O pior PIB do Brasil foi o de Minas Gerais, o "pibinho" do Anastasia e do Aécio Neves. Estavam reclamando que o PIB no Brasil foi baixo, mas saiba, Deputado André Quintão, que Minas ajudou a descer o PIB do Brasil. Minas puxou para baixo: - 1,2%.

Rapidamente gostaria de dizer que a Presidenta Dilma toma as rédeas das questões e se move. Hoje ela lançou um programa maravilhoso: Minha Casa Melhor. Deputado Carlos Pimenta, todas as famílias do programa Minha Casa Minha Vida terão à disposição um crédito de R$5.000,00 para comprar eletrodomésticos, móveis. Isso vai aquecer também a economia, ou seja, a economia do Brasil passa a se aquecer a partir dos pobres, com a divisão da renda, que foi a receita que o Presidente Lula colocou.

Mais uma boa notícia que gostaria que V. Exa. também comentasse diz respeito à BR-381. Ali, no Salão Nobre, está um Secretário de Estado, o Deputado Federal Alexandre Silveira, dizendo que a obra é dele. Ora, ele ficou 10 anos no DNIT, e a obra não saiu. Aliás, Chico Simões, nosso Prefeito de Fabriciano, mandou uma carta dizendo que acreditar na palavra de Alexandre Silveira é o mesmo que cair no Horto: está morto. Agora ele está lá como Secretário querendo dizer que a obra é dele. Tem dó, não é? Ele está no Salão Nobre para festejar a obra da BR-381, que eles diziam que não sairia. Agora que a Dilma anunciou que vai abrir, que tem recurso, que está no PAC, vai aparecer um monte de pais, inclusive pais que jogou contra a obra, que ficou 10 anos lá, e não avançou. Vai virar rodovia da vida. Como já disse, está lá em cima o Secretário para dizer que a obra é dele. Tem dó. Realmente temos de protestar. Um abraço ao Chico Simões, em Fabriciano. Fique firme aí, porque a obra é da Dilma, e o povo sabe disso. Na verdade, agora ele tem de vir aqui e dizer: "Muito bem, Dilma. Até que enfim. Demorou, mas está duplicada."

Deputado Carlos Pimenta, a BR-040 também será duplicada. Está nos planejamentos. Mesmo que demore, estaremos cobrando, pois isso tem de ser feito. A Presidenta Dilma sabe que o Brasil tem de crescer com o PAC e com programas sociais. Parabéns, Deputado Elismar Prado.

O Deputado Elismar Prado* - Obrigado, Deputado Rogério Correia. Farei apenas um comentário, Deputado. Realmente eles sabem muito bem pintar com a nossa escada. A Presidenta Dilma e o ex-Presidente Lula estão fortemente presentes em Minas Gerais com políticas públicas em todas as áreas. No entanto, eles encontram o Estado falido, que se endividou de maneira irresponsável com a criação da falácia do choque de gestão. Sabemos que é uma falácia, pois é um Estado que tem bilhões de dívidas. Infelizmente, o governo não investe nas questões prioritárias, não investe em política social. Muda o nome dos nossos programas sociais e gasta muito mais o orçamento de Minas Gerais com publicidade do que efetivamente com execução de políticas públicas. Então, quero parabenizar também a Presidenta Dilma e a nossa bancada de Deputados Federais do PT que trabalham fortemente para que possamos resolver questões tão importantes, como a duplicação da BR-381. Amanhã serão abertos os envelopes em Brasília, e iniciaremos esse processo.

Também gostaria de dizer que o Deputado Federal Weliton Prado, hoje relator do Orçamento na área de infraestrutura, que envolve o PAC 2, o programa Minha Casa Minha Vida, vai acompanhar de perto essa discussão em Brasília. Sem dúvida, é mais uma vitória do nosso governo, de toda a nossa luta e da nossa história em defesa de projetos para Minas Gerais.

Além disso, Deputado Rogério Correia, é importante ressaltar a criação de um programa muito importante: Mais Cultura nas Escolas. O governo federal está disponibilizando R$100.000.000,00 para 34 mil escolas em todo o País. Essas escolas estão inscritas no programa Mais Educação. Há muitas escolas em Minas Gerais inscritas nesse programa. Quero deixar um recado às nossas Diretoras, aos nossos Diretores e Superintendentes de Ensino: as escolas que estão inscritas no programa receberão recursos que variam de R$20.000,00 a R$22.000,00. Cada escola receberá esses recursos para que possa investir em projetos culturais. Serão envolvidas aí não só as escolas, mas também parceiros do setor cultural e entidades que lidam com várias linguagens culturais: música, dança, teatro.

As escolas têm até o dia 30 de junho - e por isso é importante - para apresentar seus projetos, um plano de trabalho, a serem enviados por "e-mail" - é um sistema do Ministério da Educação. Esse programa é uma parceria entre os Ministérios da Cultura e da Educação. Depois desse prazo, depois de demonstrarem seu interesse, elas poderão receber os recursos para investir em política cultural no interior dos estabelecimentos de ensino.

Então, quero parabenizar. A Comissão de Cultura acompanha de perto essa questão. Estamos orientando nossas escolas para elas elaborarem seus planos de trabalho e terem acesso aos recursos do programa Mais Cultura nas Escolas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Queria reiterar, realmente. Parabenizo a Presidenta Dilma pela iniciativa, pela sensibilidade. Graças a Deus teremos o início do processo de duplicação da BR-381.

Queria deixar nossa crítica, Deputado Rogério Correia, aos que gostam de roubar nosso discurso, nossa fala, nossos programas, nossas iniciativas. Mas o povo sabe realmente quem luta em defesa dele nesta Casa, na Câmara Federal e no Senado.

Por fim, Sr. Presidente, quero falar sobre a Cemig. É uma questão séria, Deputado Rogério Correia, porque o governo do Estado foi contra a Medida Provisória nº 579, que reduziu as tarifas. Não reduziu nem um centavo o seu ICMS, enquanto a Presidenta Dilma retirou encargos federais. Agora colocam propaganda mentirosa na TV dizendo que o governo de Minas Gerais reduziu a tarifa de energia elétrica, o que é mais uma mentira deste governo. Queria deixar isso claro para restabelecermos a verdade nesta Casa. Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público presente, público da TV Assembleia, boa tarde. Queria iniciar minha fala nesta tarde, Sr. Presidente, fazendo coro com os Deputados Elismar Prado e Rogério Correia. A duplicação da BR-381 é uma conquista esperada, desejada por toda Minas Gerais, é uma vitória que devemos valorizar e ressaltar. Há o programa associado ao Minha Casa, Minha Vida que ampliará, abrirá, na verdade, o crédito para melhorar as condições da família. É um governo que tem uma preocupação profunda com o bem-estar social e que vem, felizmente, servindo de modelo para muitos outros países mundo afora na capacidade de alavancar o desenvolvimento sustentável na estruturação e na articulação de várias frentes, com vários programas sociais.

O Deputado Elismar Prado falou também sobre a Cemig. Eu queria falar dessa empresa, mas fazendo associação com o programa agora chamado de Universalização - no passado, Luz para Todos. Na verdade, a Cemig não aderiu à última etapa do Luz para Todos. Isso é um prejuízo de todo tamanho para quem ainda não foi beneficiado com a energia elétrica no meio rural. Infelizmente, o Noroeste de Minas, nossa região, as bacias do Rio Paracatu e do Rio Urucuia deixaram de ser atendidas no programa Luz para Todos. Um grande número de famílias estão inscritas, e o Programa de Universalização está andando a passos de tartaruga, segurando informação. Para se ter acesso a quem está cadastrado ou não é uma grande dificuldade. Tivemos de ameaçar ir ao Ministério Público para que a Cemig disponibilizasse uma informação que é pública, ou seja, para saber quem está cadastrado, porque, depois de tantos cadastramentos no Luz para Todos, depois de anunciar inúmeras vezes o início do atendimento de determinada região, que foi adiado uma, duas, três, quatro, cinco vezes, o atendimento não chegou. Agora não se sabe exatamente quem tem o cadastro válido ou não no Programa de Universalização.

A Cemig, que gasta rios de dinheiro com a propaganda para falar da qualidade do seu serviço e da sua gestão de excelência, não tem capacidade de informar que tem uma campanha de comunicação para a sua clientela única. Como tem reserva de mercado, somente ela é concessionária do serviço público em quase todo o Estado de Minas Gerais; portanto, a sua clientela do Programa de Universalização não tem as informações necessárias para atualizar o cadastro ou não. Fica aqui o nosso registro do protesto contra a Cemig, mas também um pedido para que a concessionária de serviços de eletrificação em Minas Gerais, em quase todo o Estado, a Cemig, use parcela dos seus recursos de comunicação para informar e orientar sua clientela, para que tenhamos um cadastro fiel, Deputado Rogério Correia. Assim, a própria Cemig planejaria o seu atendimento no Programa de Universalização, fazendo chegar energia elétrica a todas as famílias do meio rural que ainda não a receberam.

Só um minuto, por favor, Deputado Rogério Correia, irei somente fazer um convite para a audiência pública em Paracatu e logo depois lhe concederei aparte.

Na sexta-feira, às 10 horas, na Câmara Municipal de Paracatu, realizaremos audiência pública da Comissão de Segurança Pública desta Casa. Já fiz o convite ao Deputado João Leite, aqui presente, ao Deputado Sargento Rodrigues, à Deputada Maria Tereza Lara, ambos membros da Comissão, para discutir o aumento da violência e da criminalidade no Noroeste mineiro. Sabemos que ali existem algumas especifidades, por ser uma região que faz fronteira com Goiás e com o Distrito Federal, que tem a BR-040 e outras rodovias que cruzam o Distrito Federal e entram em Minas Gerais, portanto é uma rota que facilita a delinquência e a criminalidade instalada no Distrito Federal, no seu entorno e em toda a região fronteiriça com o Noroeste de Minas. Paracatu, na verdade, está em polvorosa. A cidade está em estado de alerta. O número de assassinatos, principalmente de jovens, está num patamar assustador. As informações dão conta de que já são 25 jovens assassinados este ano em Paracatu, uma cidade de 85 mil habitantes.

Sabemos que segurança pública é atribuição do governo do Estado, mas aqui entendemos que todos os órgãos precisam estar articulados, o governo estadual, o federal, a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal. Todos serão convidados, e espero que estejam presentes na audiência pública em Paracatu, na próxima sexta-feira, às 10 horas, na Câmara Municipal, com o objetivo de discutir a segurança pública e a defesa social. Também foram convidados representantes da Assembleia Legislativa de Goiás e do Distrito Federal. Esperamos a representação das Secretarias de Segurança Pública dessas duas localidades para que possamos efetivamente avançar na integração e articulação, principalmente do ponto de vista da inteligência, e na promoção de ações conjuntas das diversas unidades da Federação naquela região. Isso é de fundamental importância para que possamos combater o aumento da violência e da criminalidade em toda a região Noroeste e de maneira especial em Paracatu.

Algo me preocupa profundamente, Deputado Rogério. Com os bons indicadores sociais e econômicos que ampliaram as oportunidades para o povo brasileiro, diminuindo o desemprego, aumentando as oportunidades, com a criação dos institutos federais de educação, com a ampliação da universidade federal pública brasileira, com muitas e muitas oportunidades nessa economia que cresce e amplia oportunidades, era de se esperar que a violência diminuísse. Mas nós estamos assistindo a uma fragilização de grande parcela das famílias brasileiras, num processo que já vem há mais tempo.

São jovens que são filhos do período do governo Fernando Henrique Cardoso, daquele momento de dificuldade familiar, de desestruturação da economia, das famílias, que originou toda uma geração vulnerável. Hoje estamos vendo como isso está chegando na ponta e virando um grande problema. Há o “crack”, que é uma epidemia nacional, para a qual precisamos estar atentos.

Portanto, queria, mais uma vez, dirigir-me ao nobre Deputado João Leite, que estará presente conosco, coordenando certamente essa audiência pública em Paracatu. Já conhece a cidade e lá tem muitos amigos; que, mais uma vez, leve a sua prestimosa colaboração e contribuição para esse grande desafio que a Comissão de Segurança Pública já vem conduzindo em todo o Estado. Esperamos que em Paracatu tenhamos, efetivamente, apoio. Sabemos que esta é a disposição da Comissão, do Deputado João Leite em especial, para nos ajudar a encontrar um caminho, uma solução para diminuir a insegurança, a intranquilidade, a violência e a criminalidade em todo o Noroeste de Minas, de maneira especial em Paracatu.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Almir Paraca, o problema é que V. Exa. não vive nas propagandas do governo de Minas. Se vivesse, não teria esses problemas de segurança pública. Aqui em Minas, nas propagandas do governo, tudo funciona muito bem. Não há índices negativos. Aqui, nas propagandas, as professoras estão muito satisfeitas dentro das escolas, a Polícia Civil não está em greve, a Polícia Militar está sorridente e os problemas de segurança pública não existem. Basta ligar a televisão e ver as propagandas do governo de Minas.

V. Exa. tem dois caminhos: ou faz como está fazendo agora, busca levar para o Noroeste de Minas melhorias, lutando para isso, ou pede ao pessoal do Noroeste de Minas morar nas propagandas do governo de Minas. Se não conseguirem, é melhor mesmo o caminho da luta que V. Exa. tem travado aqui na Assembleia Legislativa e que quero ressaltar.

Mas, Deputado Almir Paraca, esses problemas decorrem de uma política econômica equivocada, que temos denunciado há muito em Minas Gerais, que levou agora ao "pibinho", ao menor PIB do Brasil. Queria dizer a V. Exa. o que compõe esse "pibinho", pois Minas Gerais foi o Estado que jogou para baixo o PIB do Brasil. Em Minas o PIB foi de -1,2%. O Brasil cresceu 0,6%, e em Minas Gerais tivemos um crescimento de -1,2% no PIB no último trimestre, jogando o PIB do Brasil para baixo. O PSDB do Senador Aécio Neves foi à televisão para dizer que o Brasil não cresce, mas não cresce porque tem Estados como o de Minas Gerais que jogam o PIB do Brasil para baixo. É o "pibinho" do Aecinho aqui em Minas Gerais.

Vou dizer a V. Exa. o que aconteceu. A indústria, em geral, decresceu -5,2%; a indústria extrativa, -7,2%; a indústria de transformação, -3%; a agropecuária, -0,2%. Até a agropecuária decresceu em Minas, embora tenha crescido no Brasil inteiro. Aqui ela conseguiu ter um "pibinho" negativo. A energia e o saneamento, em que Copasa e Cemig têm sido sucateadas, por isso fiz o "gancho" que V. Exa. mencionou, sofreram um decréscimo de -9,4%. Assim, decresceram tanto a indústria quanto a agropecuária, a energia e o saneamento. Tudo caiu em Minas. Aqui se vive do minério. Se ele cai e não se sustenta, o PIB da China, que só foi um ano, em função do minério, vira PIB da Somália, que é o "pibinho" do Aecinho.

Então, essa é a política que, infelizmente, tem prevalecido em Minas Gerais. Agora, o que o governo faz para recuperar isso? Nada. A não ser pedir dinheiro emprestado, como vimos ontem. Pediu mais R$1.000.000.000,00 de empréstimo, agora para refazer a Praça da Liberdade, onde querem fazer o circuito cultural. Pedem dinheiro emprestado para isso, como em outros momentos pediram dinheiro emprestado para comprar viaturas para as Polícias Militar e Civil, ou seja, Minas Gerais não tem sequer um planejamento de investimento. O investimento de Minas hoje é zero. Não investe, apenas pega empréstimo. E esse quadro vai levando a puxar, então, o PIB do Brasil para baixo. É um exemplo que não devemos seguir.

Infelizmente, é a receita neoliberal que tem levado a Europa ao caos, que não é aplicável no Brasil. Enquanto Dilma anuncia que os mais pobres terão crédito de R$5.000,00 para aquecer a economia e dividir renda, pois poderão comprar geladeira, máquina de lavar, computador, móvel e cama, enquanto ela anuncia esse benefício, o PSDB procura retrair a economia achando que a receita do FMI na Europa é a receita correta. Essa é a diferença, e é por isso que acontecem essas coisas em Minas Gerais. Parabéns.

O Deputado Almir Paraca* - Agradeço a intervenção do Deputado Rogério Correia. Aproveito estes minutos finais para reforçar o convite de realização da audiência pública na próxima sexta-feira, às 10 horas, na Câmara Municipal de Paracatu. Esperamos ter grande participação para discutirmos e encontrarmos caminhos que melhorem e tranquilizem a população do Noroeste de Minas, em especial a de Paracatu.

O Deputado João Leite (em aparte) - Agradeço ao Deputado Paraca. O Deputado Rogério Correia, com muito rancor, que é normal dele, contra o ex-Governador Aécio, contra o Governador Anastasia, contra Minas Gerais, uma coisa pessoal e triste, tomou todo o seu tempo. Depois vou pedir ao Deputado Carlos Pimenta, que é o próximo orador, que me conceda dois minutos para mostrar a verdade. Não essa análise pobre feita pelo Deputado Rogério Correia sobre a segurança no Noroeste. Muito obrigado, Deputado.

O Deputado Almir Paraca* - Agradeço ao Sr. Presidente e a todos os colegas. Aproveito que o Deputado Sargento Rodrigues está presente para reforçar publicamente o convite para que V. Exa. componha conosco, em Paracatu, essa discussão da segurança pública. V. Exa. domina tanto o assunto, é um "expert" e certamente vai enriquecer as análises e ajudar a apontar soluções. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputado Hely Tarqüínio, companheiros, Deputados presentes nesta reunião, imprensa presente, povo de Montes Claros e de Minas Gerais...

O Deputado João Leite - Deputado Carlos Pimenta, me conceda dois minutos, aproveitando a presença do Deputado Paraca, até para que eu possa dizer...

O Deputado Carlos Pimenta - Perfeitamente.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Carlos Pimenta, obrigado, não vou exagerar. Infelizmente o rancor do Deputado Rogério Correia o impede de ver as coisas. Desde 2010, Deputado Hely Tarqüínio, Deputado Carlos Pimenta, o governo federal colocou em 20 Municípios no entorno de Brasília a Força Nacional de Segurança Pública. É interessante que, apesar da Força Nacional de Segurança Pública, temos hoje em Brasília, para cada 100 mil habitantes, 70 mortes. A ONU diz que tem de ser 10, é o previsto. Temos 70, apesar da Força Nacional de Segurança Pública, que não é nacional, é retirada da polícia dos Estados.

Ora, o que está acontecendo no Noroeste de Minas? Por que nós, eu, o Deputado Cabo Júlio, o Deputado Sargento Rodrigues e a Comissão de Segurança Pública chamamos Goiás e Brasília? Queríamos a Força Nacional, e não vai ser possível a presença dela justamente por causa do jogo inaugural em Brasília da Copa das Confederações. Ouvimos uma análise de que a culpa é do governo de Minas. Ora, pelo amor de Deus, culpar Minas, com 20 Municípios de Goiás ocupados pela Força Nacional de Segurança Pública,

expulsando criminosos para o Noroeste de Minas? Nunca vi uma análise tão irresponsável quanto essa. Culpar Minas Gerais, chamar o governo do Estado de irresponsável?

E quando se coloca energia aqui é porque Furnas não investe. Hoje Furnas está pronta para o Ministério Público intervir, por causa de sua situação em Minas Gerais. Desculpe-me, é quase um desabafo por ouvir uma análise sobre segurança dessa maneira, sem dados, sem saber o que está acontecendo em Brasília e em seu entorno. Não dá para culpar a polícia e o governo de Minas por algo que tem de ser de alguma forma enfrentado por todos. Obrigado, Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Ilustre Líder da Bancada do PDT nesta Casa, Deputado Carlos Pimenta, eu também não poderia deixar de abordar esse assunto, até porque na semana passada expus aqui informações sobre as fronteiras do Brasil. O governo federal, responsável por patrulhar essas fronteiras e evitar que armas e drogas entrem no País, está totalmente omisso. Há 10 anos o governo federal não faz absolutamente nada para impedir que toneladas, milhares e milhares de quilos de cocaína adentrem nossas fronteiras, sem falar na entrada de armamento pesado, de armas que vêm de outros países, já que não são fabricadas no Brasil. É óbvio que o impacto disso na segurança pública de Estados e Municípios é estarrecedor e deixa esses entes de joelhos. As forças estaduais têm plenas condições de combater a criminalidade e de promover a prevenção do crime no que é de sua competência, mas, infelizmente, o governo federal tem deixado as fronteiras absolutamente vazias, e a Polícia Federal, a polícia da União, que tem a competência de combater o tráfico de drogas e o contrabando de armas, não consegue fazê-lo por falta de efetivo.

Não poderia deixar de abordar esse assunto, mas aproveito, Deputado Carlos Pimenta, para dizer que estive hoje com o Governador Anastasia, na entrega das viaturas ao Corpo de Bombeiros, oportunidade em que entreguei ao Chefe do Executivo uma correspondência em que eu materializava o sentimento de agradecimento pelo apoio, por meio de sua base, para a aprovação do projeto da carga horária de 40 horas para os policiais. Estive com ele hoje para fazer-lhe pessoalmente esse agradecimento. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Agradeço ao Deputado Sargento Rodrigues. Gostaria de tratar de vários assuntos agora à tarde, mas quero destacar uma mensagem do Governador a esta Casa, em que ele nos envia o projeto que cria o Fundo Estadual do Idoso. Quero ler essa mensagem do Governador porque acho que esse é um dos projetos mais importantes que recebemos nos últimos anos. Sabemos que, à parte alguns benefícios, como dispor de área específica para estacionar carros e ter prioridade nas filas de embarque e desembarque de aeroportos, os idosos não são tratados no Brasil com o respeito que merecem. Esse Fundo Estadual do Idoso vem corrigir essa injustiça.

Por essa ação do Governador Anastasia, Minas Gerais vai dar tratamento especial aos idosos, e a esse fundo terão acesso os Municípios que quiserem verdadeiramente priorizar seus idosos. Esse fundo vai garantir aos idosos o direito à saúde específica e de qualidade - com médicos especializados, como geriatras e fisioterapeutas, nos postos de saúde -; o direito ao lazer e à cultura, pois o idoso não só terá desconto nos ingressos para entrar nos espetáculos, mas será efetivamente incentivado a frequentar eventos culturais em seu Município; e o direito ao esporte, por exemplo. Há gente que acha que o idoso deve ser encostado em uma dessas instituições filantrópicas, em um asilo, mas não é bem assim. Hoje, a média de idade do brasileiro está aumentando.

Antigamente, pessoas da nossa idade, com cinquenta e poucos anos, eram consideradas idosas, e hoje não é assim. Hoje um trabalhador com 70 anos tem de ser aproveitado na sua capacidade intelectual, e esse exemplo de Minas nos enche de orgulho, Deputado João Leite. E isso porque o Governador está dizendo ao povo brasileiro, aos administradores públicos dos nossos Municípios, a esta Casa Legislativa que Minas vai tratar bem as pessoas idosas. E não se trata apenas de reservar vaga de estacionamento, mas de mostrar a potencialidade que têm. Espero, aliás, que sejam eles utilizados, de uma maneira ou de outra, por meio desse fundo ou de ações também no ambiente de trabalho. É um absurdo uma pessoa de 65 anos aposentar-se. A pessoa pode até ter o direito de se aposentar, se quiser, mas uma pessoa com 60, 65 anos de idade está na sua plena capacidade intelectual. Quantos erros são cometidos no serviço público, no serviço privado, na iniciativa privada, por falta de experiência das pessoas! Quantas pessoas idosas poderiam ser aproveitadas para transmitir experiências, inteligência, ensinamentos e conhecimentos às pessoas mais jovens! E Minas está dando esse exemplo.

Então, desta tribuna, quero apresentar o reconhecimento e o agradecimento ao Governador Anastasia, pela sensibilidade que ele tem. Enquanto estamos vendo por aí tantas coisas ditas contra ele, é ele um homem correto, sério, capaz, honesto, trabalhador, que apresenta ideias fantásticas. Esse projeto é fantástico, é um projeto em que Minas rasga uma promissória que tinha com as pessoas da terceira idade, da melhor idade. Trata-se de um projeto que vai valorizar as pessoas que deram tanto pelo País, que ajudaram a construir esta nação. Por exemplo, vejam aí o patriarca da Rede Globo, que, aos 60 anos de idade, construiu todo aquele império. Quantas e quantas pessoas estão lutando, como o Mandela, ao longo dos 90 anos, cheio de vigor - doente fisicamente, mas cheio de vigor em boas ideias.

Então, quero dizer ao Governador Anastasia que ele poderá contar com nosso total e irrestrito apoio a esse projeto. Vamos aprová-lo e implementá-lo para que ele continue servindo de exemplo a esta Nação, como uma forma correta, séria, capaz, equilibrada, de dizer que o idoso de Minas não pode ser esquecido num canto, não pode ser internado compulsoriamente em um asilo, mas sim mostrar que ele tem capacidade intelectual para ajudar a transformar esta nação.

Outro assunto, Deputado Rogério Correia, que quero abordar é a respeito das BRs. V. Exa. está coberto de razão. A BR-381 é uma conquista muito grande, temos de comemorar, temos de aplaudir o governo federal, a Presidenta Dilma, pela sensibilidade. Ao mesmo tempo, vamos dizer à Presidenta que temos ainda um desafio das BRs de Minas Gerais, como a BR-367, a BR-251, a BR-040, pela qual passei ontem e onde quase morri. Aliás assisti a um acidente grave, fatal, e não são nenhum mistério tais acontecimentos, porque a BR precisa ser revitalizada. É a BR-040 a principal artéria que liga a nova Capital à antiga Capital do Brasil - Brasília ao Rio de Janeiro - e está da forma como está.

Termino manifestando meus agradecimentos ao Ministro do Trabalho, Sr. Manoel Dias, com quem estivemos na semana passada e acertamos para Minas Gerais a nova versão do ProJovem. Serão mais 20 mil vagas do ProJovem na qualificação profissional dos

nossos jovens. Tal versão será executada pela Secretaria de Trabalho, na pessoa do Secretário, Deputado José Silva, do PDT, em parceria do governo do Estado com o governo federal.

Quero agradecer também as 3 mil vagas do ProJovem, específicas para implementação em Montes Claros, beneficiando 3 mil jovens naquela cidade. Acho que as questões políticas são importantes, devem ser manifestadas e debatidas, mas não podemos furtar-nos a cumprimentar, nesta tarde, o Governador Anastasia, pelo projeto que enviou a esta Casa, um projeto maravilhoso, cheio de expectativa e esperança para as pessoas idosas; e o Ministro Manoel Dias, pela implementação do ProJovem em Minas Gerais. Em 2012, quando Secretário de Trabalho e Emprego de Minas Gerais, iniciamos o ProJovem e obtivemos 57% de inserção dos jovens. A nossa meta era 30%, e conseguimos praticamente dobrá-la.

Aqui, em Minas Gerais, não está faltando emprego, só não trabalha em Minas quem não quer. Os cursos de qualificação estão aí, as oportunidades estão aí, no comércio, na indústria, no campo. Minas hoje é o Estado que proporcionalmente mais gera emprego no País. Estamos na frente de São Paulo, proporcionalmente geramos mais empregos que o Estado de São Paulo. Qualquer pessoa que vier para Minas terá seu local de trabalho. O que não queremos, Deputado Doutor Wilson Batista, é importar 6 mil médicos de Cuba ou da Europa. Temos que dar oportunidade para que os médicos de Minas e do Brasil tenham um emprego digno. Deputado Doutor Wilson Batista, só em Minas Gerais há mais de 3 mil jovens que fizeram curso de Medicina fora do País e precisam que seus diplomas sejam regulamentados. Por que não trazer os brasileiros que estudaram fora e querem trabalhar em Minas, querem validar seu diploma de médico? Então, em Minas, só não trabalha quem não quer.

Parabéns ao Governador e a Manoel Dias, Ministro do Trabalho e Emprego.

A Deputada Liza Prado* - Boa tarde. Sr. Presidente, meus queridos amigos e colegas Deputados, quero utilizar esta tribuna para falar sobre três assuntos que considero muito importantes para o nosso Estado. Primeiro, quero falar sobre a Região Metropolitana do Triângulo; depois, sobre a sigatoka negra; e, em terceiro lugar, sobre a CPI da telefonia. Quero ver se consigo, em cinco minutos, discorrer sobre temas tão importantes.

A Região Metropolitana do Triângulo, projeto de minha autoria que está tramitando nesta Casa, passa por um momento muito importante. Existe o Projeto de Lei nº 16, que está sendo discutido na Comissão de Constituição e Justiça, o qual retira a palavra "conurbação", o que colaborará com o nosso projeto da Região Metropolitana do Triângulo. Sabemos que as regiões metropolitanas têm muito recurso do governo federal. Conversei nesta semana com o Deputado Federal Weliton Prado, que é relator da Comissão de Infraestrutura, membro efetivo da Comissão de Orçamento e um dos relatores que discute os projetos do Programa Minha Casa Minha Vida. Não só esses projetos, mas também os de obras de infraestrutura importantes para o País. Eu falei com ele, e ele me disse que ficou impressionado. Esse projeto já teve sua participação quando Deputado Estadual, e também a de Paulo Piau, hoje Prefeito de Uberaba; e hoje conta com o apoio do ex-Deputado Geraldo Resende; do Deputado Romão, de Ituiutaba; do Deputado Bosco, de Araxá; dos Deputados do Triângulo, como o Deputado Hely Tarqüínio, que está presidindo os trabalhos nesta tarde.

Além disso, toda a bancada mineira de Deputados, empresários e entidades que trabalham com a nossa população sabem o sofrimento de muitos Municípios pequenos que precisam desenvolver-se. Não podemos permitir que numa região do Estado tão rica como a nossa ainda haja tantos Municípios que não conseguem o mínimo para se desenvolverem. Na realidade, ficam com o pires nas mãos e o chapéu para tentar buscar algumas emendas parlamentares e alguns projetos que poderiam ser muito bem-resolvidos. Somente com esses projetos que o governo federal está incentivando agora por meio do Ministério das Cidades, aliás incentivo para várias categorias, que se diminuem os impostos. A Região Metropolitana poderia aumentar o número de casas habitacionais do Minha Casa, Minha Vida e o fim das ligações interurbanas com tarifa local. Hoje pagamos "roaming" e taxa de deslocamento. Isso é um absurdo, pois às vezes quem está em Araguari ou Uberlândia, numa diferença de poucos quilômetros, paga taxa de interurbano.

Portanto, isso seria um benefício muito importante para toda a população. A captação com recurso de juros mais baixos que se proporciona às regiões metropolitanas faz com que haja recurso em outras áreas.

Considero fundamental discutirmos a Região Metropolitana com agilidade. Os Prefeitos Paulo Piau, de Uberaba, e Gilmar Machado, de Uberlândia, puseram em seus planos de governo incentivo às regiões metropolitanas. Isso ajudou esta Deputada e esta Casa a fazerem com que realmente esse projeto se tornasse encorpado, ganhasse força. Além disso, que saíssem projetos que estavam arquivados há tantos anos nesta Casa.

Creio que estamos reunindo todos os critérios necessários para criarmos uma região metropolitana. Poderíamos ter o aumento do teto para o financiamento do Minha Casa, Minha Vida, como bem disse o Deputado Weliton Prado, que dizia também estar impressionado com tantos projetos que chegaram de incentivo às regiões metropolitanas. Em Minas Gerais há apenas duas regiões, uma das quais a do Vale do Aço. Aproveito a oportunidade para fazer um convite a todos para o Encontro da Região Metropolitana do Vale do Aço - Mobilidade urbana: Construindo cidades inteligentes, a se realizar no dia 17 de junho, quando discutiremos a política nacional de mobilidade urbana e os desafios dos planos municipais. A propósito, isso se encontra na página da Assembleia. É importante que as pessoas participem discutindo e que a região metropolitana trabalhe em conjunto para formar cidades inteligentes.

Com todos esses Municípios discutindo, teremos agora possibilidade de debater uma política que colabore com todos eles, de haver esse aumento do teto para o financiamento do Minha Casa, Minha Vida, o benefício ao aluno matriculado no Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil - Peti -, e obtermos mais recurso para construção de obras de infraestrutura, transporte integrado e custos reduzidos, coleta integrada de resíduos sólidos, políticas habitacionais integradas para a inclusão social e redução da especulação imobiliária.

Em recente entrevista ao jornal "Correio de Uberlândia", o Governador Anastasia se manifestou favorável à criação da região metropolitana do Triângulo. Estamos fazendo alguns ajustes para que realmente essa região ganhe corpo. As associações comerciais e dos Municípios, como Amvale, Amvap e Amapar, assim como outras, estão discutindo uma forma de apresentarmos um documento que dê consistência a esse nosso projeto. Acredito que a região metropolitana do Triângulo será um dos projetos mais importantes nos últimos anos para todas as cidades. Então seriam 66 cidades, ou seja, 66 Municípios. De acordo com a proposta, pegaríamos aquela

parte do Baixo Rio Grande e da região do Paranaíba. Não é justo que somente Uberlândia e Uberaba se desenvolvam enquanto trabalhamos de forma organizada, como no caso agora.

A partir de 2014, os Municípios terão de assumir os ativos da Cemig. Não será mais a Cemig quem trocará as lâmpadas da cidade, mas o Município. É muito mais fácil organizarmos um serviço como o de troca de lâmpadas em conjunto com as cidades. Uma cidade pequena poderia trabalhar com outras e fazer um consórcio. Então isso seria um grande avanço, assim como discutir e resolver em conjunto problemas que nos atingissem em comum. Creio que haverá muito mais benefícios para a região metropolitana e os empresários.

Dia 4 de agosto, teremos uma audiência pública em Patrocínio, depois em Araguari, Passos, Frutal, Araxá e em outra cidade de cujo nome me esqueci. A lei exige que realizemos audiências públicas, que escutemos a comunidade e os Vereadores, e estamos fazendo isso.

Estou muito contente com a criação da região metropolitana, porque o Triângulo Mineiro é uma das regiões mais prósperas de Minas Gerais. A nossa ideia não é a do passado, momento em que muitas pessoas do Triângulo discutiam a sua separação. Queremos ser mineiros. É importante termos também uma região metropolitana, como a Região Metropolitana de Belo Horizonte e a Região Metropolitana do Vale do Aço, para obtermos mais recursos e desenvolvermos os Municípios. Então, estou muito contente. A ideia não é separatista e sim de integração. Creio que, com essa forma de ver, estamos avançando.

Gostaria de comunicar a vocês que fiquei muito feliz porque recebi uma demanda do nosso Secretário Gibson, da Secretaria de Agropecuária, para trazê-la a Belo Horizonte, representando Uberlândia. O Secretário passou-me uma incumbência, porque foi procurado pela Associação Regional dos Produtores Hortigranjeiros - Assohorta - e pela Cooperativa dos Agricultores Familiares de Uberlândia e Região - Cooperaf. Fizeram um abaixo-assinado e procuraram a Secretaria de Agropecuária do Município. Procurei a Secretaria de Estado de Agricultura e o Instituto Mineiro de Agricultura - IMA - para verificarmos a demanda dos produtores de banana da nossa região, ou seja, verificarmos se Uberlândia é uma área livre da sigatoka negra, praga que tem contaminado muitos bananais trazendo muitos prejuízos aos produtores. Há muitos anos, nossa área está livre da "sigatoka negra", doença que afeta os bananais.

A iniciativa da Cooperaf e da Assohorta tem como objetivo declarar a região de Uberlândia livre da doença. Há muitos anos, foram realizados vários procedimentos em Uberlândia, mas, infelizmente, ainda não houve publicação no Diário Oficial, declarando essa importante região livre da "sigatoka negra" para os nossos produtores. Estive conversando com o Secretário Elmiro Nascimento, que nos deu todo apoio.

Há um requerimento que está sendo votado hoje na Assembleia sobre a "sigatoka negra". Havia feito um ofício, fui pessoalmente tentar resolver o problema e só agora o nosso requerimento está na pauta. Achei muito demorado, devagar, temos de resolver isso. Havia enviado ofício, fui pessoalmente ao Secretário discutir esse problema dos produtores da nossa região. Conversamos com os Diretores do IMA e solicitei agilidade. Quero parabenizar o Sindicato dos Servidores do IMA, que tem realizado um trabalho maravilhoso. Eles acataram a minha sugestão e imediatamente fizeram os testes nos bananais de 23 cidades e comprovaram que a região está livre dessa praga.

No dia 4 de maio foram encaminhados relatórios ao Ministério da Agricultura. Agora está sendo aguardada a publicação no Diário Oficial, validando os resultados e oficializando Uberlândia e região livres finalmente da "sigatoka negra". Fico contente em ajudar os produtores da agricultura familiar, pessoas que produzem o alimento do nosso povo, tão sofredor, com tanta dificuldade e precisando de um simples trabalho. Era preciso que alguém pegasse isso para insistir, ficar por conta e exigir agilidade. Depois de tantos anos, conseguimos, e estou muito contente com essa vitória. Quero agradecer a oportunidade de contribuir para a minha cidade e região e ajudar as pessoas que mais precisam.

Há ainda outro tema, Sr. Presidente, que gostaria de deixar registrado nos anais e que quero compartilhar com os meus colegas Deputados: a CPI da Telefonia. Quero, Deputado Tadeuzinho, dizer que estive na conferência da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – Unale - em Pernambuco e, na oportunidade, conversei com Deputados de todo o Brasil.

Graças à participação do Deputado Alencar da Silveira Jr., que levou essa ideia à Unale, discutimos a necessidade de haver uma CPI da telefonia em todos os Estados, porque os problemas da telefonia, como péssimo atendimento, carência nas coberturas, serviços deficitários, queda na ligação constante, valor da tarifa nos planos pré-pagos mais caro que nos pós-pagos e cobranças indevidas nas contas, Deputado João Leite, precisam realmente ser resolvidos. Precisávamos fazer um documento para discutirmos essa questão da CPI. Discutimos isso na Unale com todos os Estados brasileiros, que já são 14.

Recentemente, através de requerimento dos Deputados Alencar da Silveira Jr. e Sargento Rodrigues, Minas conseguiu assinaturas suficientes para instalar a CPI no nosso Estado. Acho importante fazermos um trabalho conjunto com outros Estados porque o problema da queda frequente nas ligações não é só nosso. Sabemos que o setor de telecomunicações cresceu bastante em nosso país. Tenho alguns dados – aliás, acho importante compartilhá-los com vocês - que mostram que a demanda do País cresceu muito. Para terem ideia, em 1997, ano da aprovação da Lei Geral das Comunicações, o Brasil tinha apenas 800 mil linhas; três anos depois, já eram 23 milhões. Em 2000, havia 200 mil usuários de internet fixa; em 2012, eram 20 milhões. Entretanto, a Anatel informa que nos últimos 10 anos, proporcionalmente a esse crescimento da demanda, houve drástica redução da qualidade dos serviços prestados, ou seja, houve aumento no lucro das empresas e prejuízos para os consumidores. Temos de trabalhar esses prejuízos de forma organizada e fazer com que os Procons fiquem bastante combativos; aliás, continuo nessa luta.

Queria parabenizar o Município de Jaíba, no Norte de Minas, porque conseguimos inspirá-lo, por intermédio dos Vereadores, a aprovar essa lei. O Prefeito ficou sensibilizado e vai inaugurar um Procon na cidade. Tenho orgulho de ter lançado o Procon na minha cidade. Estamos trabalhando nessa campanha para que todos os Municípios tenham Procons em suas cidades. Jaíba foi um, como Guarda-Mor. Conseguimos aprovar a lei por meio de um Vereador. Fiquei muito contente quando conversei com o Charlinho e tenho incentivado isso.

Recentemente estive em Nova Serrana conversando com representantes do Procon de lá, até ajudando outros Municípios a instaurá-los e a estruturá-los. Creio que onde há Procons é preciso fortalecê-los para que esses Municípios lutem de forma organizada nessa CPI da Telefonia, pois é um dos pontos de maior índice de reclamação. Percebo, do lucro das empresas com a venda de novos planos e novas linhas, o péssimo atendimento de todas as operadoras, sem exceção. Às vezes você acha uma ou outra um pouquinho melhor, mas é "tudo como dantes no quartel de Abrantes": todas têm péssimo atendimento, e isso tem prejudicado o consumidor.

Para terem ideia, criamos um "e-mail" - aliás, gostaria de pedir o apoio da população de Minas Gerais: faça o seu relato para fazer parte do relatório da CPI que será instalada em Minas Gerais. Acompanharei esse processo como membro efetivo da Comissão de Defesa do Consumidor e como Deputada defensora dos direitos dos consumidores e das consumidoras. Gostaria de solicitar que façam o seu relato e autorizem que o coloquemos no relatório da CPI, que encaminharemos a vários órgãos, como a Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon -, a Câmara dos Deputados, o Senado e todos os órgãos a que temos direito, além de incentivar ações organizadas e exigências da Anatel em todo o País. Estamos fazendo as CPIs nos Estados e trabalhando de forma organizada com Deputados combativos de outros Estados. Conseguiremos instalar a CPI até no Maranhão. O "e-mail" é cpidatelefoniamg@gmail.com. Se você tiver um relato ou se passou por algum constrangimento no serviço de telefonia ou de internet - porque agora há os "combos", ou seja, você faz contratos conjuntos para telefone, tevê a cabo e internet, enfim, você acaba aproveitando uma promoção. Você e as pessoas que vivem da telecomunicação têm todo esse serviço, mas as empresas não cumprem a prometida velocidade da internet, dando prejuízo às pessoas que trabalham em casa e que necessitam de telefone e internet. Ainda por cima, pagam tarifa das mais caras.

Peço a compreensão do Presidente por só mais um minutinho, aliás, dois. Cinquenta e dois por cento das ações do Juizado Especial Cível são processos relacionados a operadoras de telefonia.

Para vocês terem uma ideia, a média de linhas por antena é: (- Lê:) "No Japão, 400; na Espanha, 460; nos Estados Unidos, 1.000; e no Brasil, 5.000. Segundo a União Internacional de Telecomunicações, para atingir uma qualidade razoável nos serviços, uma antena não deve exceder mil linhas. A tarifa de interconexão é cobrada, além do custo da ligação, quando a chamada é feita de uma operadora para outra. A média mundial dessa tarifa é de R$0,05 por minuto, enquanto no Brasil é de R$0,35. Os encargos e tributos representam 45% da conta. A tarifa brasileira é a 2ª mais cara do mundo".

Então, é preciso que vocês também nos ajudem. Enviem o seu relato para cpidatelefoniamg@gmail.com. Terei a honra de receber o relato de vocês para colocar no relatório da CPI. Agradeço a oportunidade e convido todos para discutir conosco, na sexta-feira, às 14 horas, aqui na Assembleia, a questão das cidades inteligentes, mobilidade urbana e pessoas com deficiência. Espero o apoio e a presença de todos vocês. Obrigada.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Rômulo Viegas* - Obrigado, Presidente Hely Tarqüínio. Deputadas, Deputados, público que nos acompanha pela TV Assembleia, começo meu pronunciamento chamando atenção para o seguinte fato: quando o PIB de Minas vai mal, com certeza o Brasil vai pior ainda. Vou explicar as razões para dizer isso. Primeiro, farei a leitura de parte do pronunciamento do Presidente da Fiemg, Olavo Machado, na imprensa. Ele faz um trabalho muito bom à frente da nossa Federação de Indústrias do Estado de Minas Gerais. (- Lê:)

"Chega de promessas e enrolação por parte do governo federal. Todos os Estados brasileiros possuem dívidas faraônicas com a União, e Minas Gerais não é exceção. Nosso Estado possui o maior número de cidades, e mesmo com o esforço de todos os homens públicos que governaram o nosso Estado nos últimos anos, precisamos de apoio real, e não fantasioso, midiático, por parte do governo federal. Basta. Chega. Nosso Estado se destaca pela liderança em vários setores, tais como: 48% da produção brasileira de minério de ferro; 40% do aço produzido no Brasil; 27% da fundição do aço; 22% da produção nacional de cimento; 20% da produção nacional de veículos. Portanto, tendo uma contribuição expressiva na balança comercial do Brasil, Minas Gerais exige respeito e a realização dos projetos e obras estratégicas para o nosso desenvolvimento."

Isso é importante para melhorar o nosso PIB, que necessita de infraestrutura. Várias vezes foram prometidas e anunciadas as obras de duplicação da BR-381, mas agora estou vendo essa obra sendo cantada em verso e prosa, e o governo federal ficará em uma situação conflitante, porque os Deputados de sua base política também apoiam o governo federal. Então, essa obra terá muitos padrinhos políticos, mas, a bem da verdade, quem receberá o benefício é o cidadão que paga o imposto religiosamente. Só espero que isso não seja adiado. Isso foi adiado do dia 6 para o dia 13, e nesse curto espaço de tempo, infelizmente, faleceram muitas pessoas na tão falada Rodovia da Morte, que amanhã, com processo licitatório, passará a ser chamada Rodovia da Vida.

A pergunta continua: (- Lê:)

"Onde estão as prometidas e tantas vezes anunciadas obras de duplicação da BR-381, do metrô de Belo Horizonte, do Anel Rodoviário?

Onde está nossa regional do Tribunal Federal de Recursos? Onde estão as obras de expansão da Refinaria Gabriel Passos? Onde está a expansão do Aeroporto de Confins?" Quem pergunta é o Presidente da Fiemg, Olavo Machado. "Minas Gerais, portanto, exige respeito, exige que as obras prioritárias sejam de fato realizadas. É hora de dizer basta à enrolação, de dizer chega à postergação."

Estamos vendo as comemorações festivas motivadas pelo anúncio da licitação da obra da BR-381.

Repito, o PIB mineiro cai, o do Brasil despenca. Minas Gerais tem uma importância fundamental nesse contexto. Para que o PIB mineiro melhore, teríamos de ver ações mais contundentes. A Presidente Dilma Rousseff perdoou US$900.000.000,00 em dívidas dos países africanos. "Quem lê a palavra 'perdão', associada a um país africano, pode pensar num gesto altruísta." Mas e os Estados brasileiros? E Minas gerais que oferece essa contribuição fundamental, importante para o desenvolvimento do País, mas que tem uma dívida altíssima, estratosférica, com juros altíssimos? Nós, aqui da Assembleia, estamos aprovando empréstimos com juros mais baixos. Quem é professor de Matemática sabe que essa conta não fecha. Por exemplo, tenho um dinheiro. O Deputado Gustavo Valadares tem uma dívida comigo de R$1.000.000,00. Cobro dele 15%. Depois vou emprestar-lhe dinheiro, novamente, a 5%. Essa conta não fecha.

Concederei aparte ao Deputado Gustavo Valadares. Em seguida, aos Deputados João Leite e Duarte Bechir, nesta ordem.

O Deputado João Leite - Deputado Rômulo Viegas, na verdade sou eu primeiro.

O Deputado Gustavo Valadares* - Pela idade, Deputado Rômulo Viegas, ele já passou dos 70.

O Deputado João Leite (em aparte) - O Deputado Gustavo Valadares é jovem e aguenta ficar mais tempo em pé. Ele pode esperar. Fiquei 715 jogos pelo Atlético mineiro mais os jogos da seleção do Vitória de Guimarães, de Portugal, em pé. Não aguento tanto tempo quanto o jovem Gustavo Valadares.

Quero parabenizá-lo. Se Minas Gerais perde no PIB, isso é motivo de comemoração para alguns que torcem contra o mais querido, o Senador Aécio Neves, que torcem contra o Governador Anastasia, que torcem contra Minas Gerais. São eles, Deputado Rômulo Viegas, que levaram a Fiat para Pernambuco. Minas Gerais podia estar muito melhor, produzindo mais automóveis, crescendo mais. Betim podia estar recebendo mais recursos oriundos de impostos. Eles levaram recursos para Pernambuco. Imaginem se em Minas o PIB iria cair se a Fiat estivesse aqui.

O PT, o Presidente Lula, a Presidente Dilma levaram a Fiat para Pernambuco. Depois tiraram o polo acrílico da Petrobras, que ficaria na nossa amada e querida cidade de Ibirité, uma cidade de pessoas trabalhadoras, mas pobre. Tiraram o polo acrílico de Minas Gerais e o levaram para a Bahia, para o Jaques Wagner, companheirão deles. O Sérgio Gabrielli, que era o Presidente da Petrobras, que é candidato a Governador na Bahia, a levou para a Bahia. Quem é que aguenta isso? Furnas não investe nada em Minas Gerais. Minas Gerais é um gigante. O Senador Aécio foi um gigante. O Governador Anastasia é um gigante. Os trabalhadores de Minas Gerais são gigantes. As nossas empresas, a Cemig e a Copasa estão resistindo a uma oposição, que está tentando tirar o oxigênio de Minas Gerais.

Não vão conseguir. Os mineiros, os montanheses vão resistir, Deputado Rômulo Viegas. Vamos resistir. Na segunda-feira, a Cemig irá a Montes Claros, criar uma subestação, só para a Alpargatas investir lá. O que depende do Governador Anastasia, o que depende do mais querido Senador Aécio Neves está sendo feito. E o que depende da Dilma, de Lula, do PT, do nosso Ministro Pimentel?

O Ministro Pimentel foi levar dinheiro para os aeroportos de Cuba, para o porto de Cuba. Eles querem que Minas cresça desse jeito, tirando tudo de Minas Gerais, sufocando Minas Gerais. Quero ver, Deputado Rômulo Viegas, quem virá aqui pedir voto para essas pessoas que tiraram tudo de Minas Gerais, que tiraram a Fiat e a Petrobras. Furnas não investe. Colocam seguranças nas portas de Brasília, para impedir que criminosos entrem lá, para que fiquem em Goiás e em Minas Gerais. Quero ver quem vai falar contra o Senador Aécio, contra o Governador Anastasia. Chega! Não vamos nos calar. Os montanheses não se dobrarão.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Deputado Rômulo, gostaria de parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento e o Deputado João Leite pelo aparte. Não poderia me furtar de discutir esse assunto da BR-381, em um dia tão especial para nós, mineiros. Criamos um movimento, liderado pelo Secretário Alexandre Silveira, que está sendo entendido de forma equivocada por uma minoria deste Plenário, uma minoria que sente uma grande dor de cotovelo, porque adora jogar pedra na vidraça. Mas, aquele que tem vidraça não suporta receber as pedras. Eles confundem, achando que estamos festejando algo que ainda não aconteceu com esse movimento liderado pelo Deputado e Secretário Alexandre Silveira.

Deputado Rômulo Viegas, nós, representantes do povo, estamos iniciando uma cobrança pública, um dia antes de abrirem os envelopes das licitações dos primeiros lotes da BR-381, que já estão há 10 anos atrasados. Engana-se aquele Deputado, que, pela manhã, esteve aqui no Plenário, criticando o Secretário Alexandre Silveira, dizendo que quando ele foi Diretor do DNIT não duplicou rodovia. Não duplicou porque precisava da boa vontade, da disposição e da coragem que faltaram ao Presidente da República, à época, o Lula, para fazê-lo. O Diretor-Geral do DNIT, àquela época, e hoje Secretário, Alexandre Silveira, fez uma revitalização da rodovia. Ele fez o que devia ser feito e isso ajudou a diminuir as mortes, que ainda acontecem.

Hoje não estamos festejando a licitação da BR-381. Estamos iniciando um movimento para pressionar o governo federal a abandonar sua omissão e má vontade em relação aos mineiros e tirar do papel aquele tão sonhado investimento. Isso deve ficar claro para a minoria desta Casa que torce contra Minas.

Concluirei dizendo o seguinte: aquele que, pela manhã, criticou o Alexandre Silveira havia sido Secretário de Administração, na época em que faziam oito chamadas ao mês para pagarmos o funcionalismo público. Oito chamadas eram feitas ao mês. Alguns funcionários recebiam no dia 29. Hoje o salário é depositado no quinto dia útil. Naquela época, quando ele foi Secretário, eram feitas oito chamadas, e algumas pessoas recebiam no dia 29 do mês.

Por favor, não joguem nas costas de um ex-Diretor do DNIT, de um breve período de dois anos, a realização de uma obra tão reivindicada pelos mineiros, porque eu também não faria isso. Devemos responsabilizar aquele Secretário pelas oito chamadas que eram feitas para o pagamento do funcionalismo de Minas. Muito obrigado.

O Deputado Rômulo Viegas* - Muito obrigado, Deputado Gustavo Valadares, pelas colocações tão bem feitas. Creio que Minas Gerais está atenta a todos esses movimentos.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Muito bem, Deputado Rômulo. Estou enaltecido pelas palavras dos companheiros que me antecederam pelo pronunciamento de V. Exa. Mas quero acrescentar alguns detalhes que julgo importantes neste momento.

Uma vez que sou Vice-Líder nesta Casa, estou, juntamente com o Senador Aécio Neves, recebendo críticas. Se, pelo menos, essas críticas fossem para ajudar a melhorar algo que não está funcionando bem, para melhorar aquilo que os mineiros querem... mas não é. Essas críticas são de ordem pessoal.

V. Exa. é da nossa querida e respeitada São João del-Rei, e, no interior, para os lados de Campo Belo, ouvimos o pessoal dizer e aprendemos: "Enquanto os cães ladram, a carruagem passa". Já ouvimos lá também: "Ninguém atira pedra em árvore que não dá frutos". V. Exa. também, lá em São João del-Rei, já ouviu dizer que ninguém chuta cachorro morto. Essas falas são para demonstrar que alguns Deputados da Oposição insistem em permanecer no equívoco. V. Exa., eu e muitos Deputados estávamos presentes no lançamento do programa Pró-Município. O menor Município de Minas Gerais vai receber recursos de R$300.000,00 para investir em obras importantes: escola, posto de saúde, hospital, pavimentação, água, rede de esgoto. O BDMG está concedendo outra linha de financiamento aos Prefeitos, também com prazo para pagamento, com juros subsidiados, ou seja, tudo isso está acontecendo na Minas

Gerais real, verdadeira, que alguns Deputados da Oposição, poucos, insistem em não querer enxergar, em não reconhecer e em que preferem atirar pedras e pedras.

Deputado Rômulo Viegas, com as pedras que atiram, estamos construindo uma Minas nova. Sabemos receber essas pedras e usá-las para edificar postos de saúde e construir rodovias. Essas pedras poderiam, se tivessem maior comprometimento com o povo de Minas, nos ajudar a fazer a Minas que todos queremos e sonhamos.

As críticas, Deputado Rômulo Viegas, são importantes. E nosso governo sabe recebê-las, mas as que temos visto aqui, infelizmente, mostram a incapacidade de colaborar com a grandeza do nosso Estado. Tenho orgulho de mais uma vez afirmar que sou, de coração, mineiro, com muita honra e muito orgulho. Parabéns a V. Exa.

O Deputado Rômulo Viegas* - Obrigado, Deputado Duarte Bechir. O mineiro é povo do trabalho, que honra, como V. Exa. disse, a sua história. Com certeza Minas tem muito o que apresentar e fazer. Acho que nenhum governante possui vara mágica. Ninguém se candidata a Prefeito, Governador e Presidente da República para resolver todos os problemas do Brasil. As críticas positivas são válidas, mas ressalto que, se o PIB de Minas vai mal, o PIB do Brasil vai pior ainda. Deputados Doutor Wilson Batista e Duarte Bechir, Minas dá uma contribuição expressiva à balança comercial do Brasil.

Portanto, entendo que todo o esforço feito pelo Senador Aécio Neves quando Governador e pelo Governador Anastasia está dando bons frutos. Precisamos de mais recursos federais, como acontecerá agora, e esperamos que realmente aconteça a duplicação da BR-381. Assim, poderemos ter fluxo de carga adequado, trazer produtos e exportar nossa matéria-prima; enfim, exportar tudo de bom que temos a oferecer ao Brasil e ao exterior. Alerto: quando o comércio externo entra em crise, o primeiro Estado a senti-la é Minas Gerais por causa das "commodities" da mineração.

Ao encerrar, Deputado Hely Tarqüínio, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, agradeço publicamente todo o esforço que o Governador Anastasia tem feito. Hoje mesmo entregamos vários veículos ao Corpo de Bombeiros, aos homens do fogo, lutadores, para promoverem a segurança e o bem-estar da população. Pela manhã estivemos nessa solenidade acompanhando o Governador Anastasia e a corporação dos Bombeiros. Desejo a todos uma boa tarde.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, farei o encaminhamento da votação até para explicar também os dois destaques. Esse projeto foi apresentado pelo Deputado Wander Borges, nosso colega que hoje ocupa cargo do governo estadual. É um projeto importante, que institui a política estadual dirigida à população de rua. Na tramitação desse projeto, houve um fórum de debates que envolveu o movimento nacional de população de rua, várias entidades e militantes dessa área, todos em comum acordo com o Deputado Wander Borges. Apresentamos esse substitutivo de minha autoria incorporando sugestões da sociedade civil organizada; duas questões da votação do vencido ao substitutivo foram excluídas, e estamos destacando exatamente para retorná-las. Uma diz respeito ao apoio técnico do governo do Estado - inclusive, hoje o técnico financeiro já existe. O governo do Estado antecipou o piso mineiro da assistência social. Uma das utilizações do piso é exatamente promover a política de proteção básica e também de proteção especial, que congrega a população de rua. A outra questão muito importante é que haja uma integração, uma interlocução com a sociedade civil através de um comitê gestor participativo, que possa acompanhar a política.

Então, para esses dois elementos é que estamos pedindo destaque com aquiescência de todos aqueles que estão acompanhando a tramitação desse projeto. Parabenizamos o Deputado Wander Borges e encaminhamos pela aprovação do substitutivo, inclusive dos dois destaques.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Duarte Bechir - Gostaria de, em nome da Bancada do PSD, encaminhar favoravelmente o PL nº 767/2011 e falar da sua importância.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, quero também saudar os moradores de Santo Antônio do Amparo, cidade que hoje completa 74 anos de emancipação político-administrativa - estivemos lá pela manhã. Quero comunicar a V. Exa. que lá foi lançado um selo comemorativo em homenagem ao ex-Governador Hélio de Carvalho Garcia. As filhas dele estiveram presentes, receberam a homenagem, que foi muito bonita. Ele foi lembrado por sua atuação, seu caráter e sua vocação de homem público. Foi um momento muito importante.

Portanto, quero aqui saudar os munícipes da nossa querida Santo Antônio do Amparo, que hoje, dia 12, comemora o seu 74º aniversário de emancipação político-administrativa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, serei bem rápido, quero apenas explicar aos nobres colegas, à equipe da imprensa e aos telespectadores da TV Assembleia que esse é um projeto importante porque hoje, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, há determinação de que alunos entrem no ensino fundamental com 6 anos de idade.

Ocorre que, na LDB, não ficou designado em que mês e como esse aluno pode entrar ao completar 6 anos. Então há uma polêmica. Em algumas localidades, se o aluno ainda não completou 6 anos, seja em que mês for, ele não pode frequentar a escola, porque ainda tem 5 anos. No entanto, em outras, é permitido que ele se matricule tendo 5 anos de idade até outubro, novembro, dezembro. Portanto temos de estabelecer um parâmetro para esses alunos.

A partir de um consenso entre educadores infantis e a Secretária de Educação, conseguimos estabelecer não apenas para a escola pública, mas também para a escola privada, um limite no primeiro semestre. Então os alunos que completam 6 anos até 30 de junho poderão ser matriculados com 5 anos de idade. Posteriormente a isso, não, porque senão teríamos alunos muito jovens, com 5 anos, na escola. A data da proposta inicial do projeto era 31 de março, mas, em razão de apelos de pais de alunos e da própria Secretaria, chegou-se a um consenso. Será feito o Substitutivo no 2º turno, na Comissão de Educação. Então queria encaminhar favoravelmente, como parte do consenso entre os educadores infantis.

* - Sem revisão do orador.

40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 18/6/2013

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, amigos da TV Assembleia, boa tarde. Iniciamos mais uma semana de atividades nesta Assembleia. Hoje já realizamos uma movimentada reunião da Comissão de Justiça, em que vários projetos foram apresentados, por cuja constitucionalidade concluímos.

Quero tecer alguns comentários a respeito do nosso Sul de Minas. Em primeiro lugar, agradeço a presença na nossa região da nossa caríssima e distinta Secretária de Educação, Ana Lúcia Gazzola, que visitou, com participação efetiva, duas Superintendências no Sul de Minas: as de Caxambu e Itajubá.

Quero registrar a forma dedicada e decidida com que a nossa Secretária tem conduzido sua gestão pública. Como grande educadora, ela tem percorrido todo o Estado de Minas Gerais. Em todas as superintendências, ela se reúne com lideranças políticas, com professoras, com Superintendentes, conhece um pouco de cada região, de cada superintendência e discute assuntos importantes do conteúdo pedagógico de cada Município. Ela realmente nos tem encantado muito com sua presença não só nas superintendências da região, mas em várias outras. Também nos tem encantado a sua equipe, sua secretária Ana Paula e a participação dos professores no encaminhamento de projetos, na discussão de ações e no trabalho com as planilhas. Isso, sem dúvida, tem dado grande credibilidade à Secretaria, à Secretária e ao governo. Os professores têm tido com a Secretária um relacionamento muito próximo de trabalho e de discussão de projetos.

Posso dizer que na nossa região nenhuma escola deixou de ser atendida pelas Superintendências de Poços de Caldas, Varginha, Pouso Alegre, Caxambu, Itajubá, que têm sido estradeiras da educação, apresentam propostas, discutem com as Diretoras. A rede física sempre teve necessidade da presença do Estado. Esse tem sido um modelo de gestão muito importante. Caríssimo Deputado Deiró Marra, tenho visto a satisfação dos professores ao receberem a nossa Secretária nas escolas, nas superintendências. O diálogo é franco, aberto e, acima de tudo, tem gerado uma participação muito efetiva, que contribui muito para o fortalecimento da nossa região.

O Deputado Deiró Marra (em aparte)* - Nobre Deputado, parabenizo-o por suas considerações. Realmente, a educação tem sido um grande diferencial, conforme disse V. Exa. Eu não poderia deixar de manifestar-me, até porque acho muito importante registrar que no governo Aécio Neves a Secretária Vanessa era uma pessoa muito afável e afoita para buscar a organização, e agora, com a presença da Secretária Ana Lúcia Gazzola, o que está sendo dito por V. Exa. vem ao encontro do que tem ocorrido em todas as regiões de Minas. Dar um testemunho apenas da nossa região, do Alto Paranaíba e de parte do Noroeste é diferente. Ouvimos vários Deputados que vieram aqui elogiar a atuação dessa nobre e atuante Secretária. Também temos Secretários que fazem questão de fazer com que nós, Deputados, esperemos 30, 40 dias. Já reclamamos sobre isso com o nosso Líder. O inverso da moeda ocorre com a Secretária Ana Lúcia, que faz a diferença e sabe realmente se aproximar. Na semana que vem teremos a grata satisfação de inaugurar uma nova e moderna escola estadual em Iraí de Minas, que contará com a presença da Secretária de Educação e do nosso querido Vice-Governador Alberto, companheiro nesta Casa. Sempre tivemos carinho ao nos referirmos a ele como parceiro e membro deste Parlamento.

Nobre Deputado Dalmo, tenho certeza de que suas palavras ecoam na Secretaria de Educação não somente como elogio, mas também como uma disposição para caminhar, assim como fazemos aqui - e não com a Secretária apenas, mas com todo o corpo de pessoas que trabalham voltadas para a educação. Na Superintendência de Patrocínio não existe uma escola que não tenha recebido recursos. A educação sofreu verdadeira transformação ao longo destes anos.

Finalizo parabenizando V. Exa. e ressaltando, acima de tudo, esse viés de crescimento. Que nossa educação continue realmente crescendo, sem nos esquecermos de que contamos com uma grande conjuntura de recursos a serem aplicados na área. Não podemos fechar os olhos para o salário dos nossos professores. Devemos debater exaustivamente esse tema, buscando melhorias. Muito obrigado, Deputado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, Deputado Deiró Marra.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 17/6/2013, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Marilene Gonçalves de Carvalho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BTR.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2013

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 80/2013

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que em virtude de alterações efetuadas no edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de cadeiras, a sessão pública virtual fica adiada para as 10h30min do dia 9/7/2013.

Belo Horizonte, 21 de junho de 2013.

Eduardo de Mattos Fiuza, Pregoeiro.

EDITAL DE SELEÇÃO ARTÍSTICA PARA O TEATRO DA ASSEMBLEIA SEGUNDO SEMESTRE DE 2013

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais faz saber aos interessados que se encontram abertas, no período de 21/6/2013 a 19/7/2013, as inscrições para a seleção de espetáculos para ocupação do Teatro da Assembleia no segundo semestre de 2013. Poderão participar projetos de dança, música e teatro para crianças e adultos. Só serão aceitos os projetos com cenários que sejam adequados às dimensões do teatro: área do palco: 7,54m x 4,55m (área útil, fora as coxias e a área de circulação); boca de palco: máxima: 7,54m e mínima: 6,17m; pé-direito: 2,95m. Os projetos devem atender também às normas a seguir discriminadas. Teatro: ficha técnica aprovada pelo Sated-MG, ou xerox da carteira de trabalho; liberação da Sbat ou declaração do autor do espetáculo, especificando a forma de pagamento dos direitos autorais; cópia do texto ou roteiro; currículos dos participantes; desenho, foto ou croqui de cenários e figurinos (as dimensões do cenário devem ser rigorosamente especificadas); "release"; plano de divulgação e mídia. Dança: ficha técnica aprovada pelo Sated-MG, ou xerox da carteira de trabalho; liberação da Sbat ou declaração do coreógrafo do espetáculo, especificando a forma de pagamento dos direitos autorais; currículos dos participantes; desenho, foto ou croqui de cenários e figurinos (as dimensões do cenário devem ser rigorosamente especificadas); "release"; plano de divulgação e mídia. Música: ficha técnica aprovada pela Ordem dos Músicos ou fotocópia da carteira emitida por essa entidade; currículos dos participantes; fita gravada ou CD; "release"; plano de divulgação e mídia.

Todos os participantes deverão ser pessoas jurídicas devidamente registradas para recolhimento do ISSQN pelo Teatro da Assembleia e deverão comprovar isso anexando a Ficha de Inscrição Cadastral - FIC - emitida pela Prefeitura e atualizada. Informamos que o recolhimento do ISSQN no Teatro da Assembleia é feito por regime de estimativa.

Informamos também que propostas aprovadas na concorrência anterior não poderão participar novamente na seleção a que se refere este edital.

As propostas devem ser encaminhadas à coordenação do Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema em envelope fechado. Caso os interessados residam em outros Municípios, poderão ser enviadas, por via postal, para o seguinte endereço: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - Seleção Artística do Teatro - Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema - Rua Rodrigues Caldas, nº 30 - Bairro Santo Agostinho - CEP: 30.190 921 - Belo Horizonte - Minas Gerais. A data considerada será a da postagem, não se aceitando, em hipótese alguma, inscrições fora do prazo. As propostas não selecionadas deverão ser retiradas junto à administração do Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema no prazo de 30 dias a contar da data da divulgação do resultado. Após esse prazo as propostas serão descartadas. Ao enviar a proposta, o interessado afirma ter conhecimento completo do edital e concorda com todas as cláusulas nele contidas. Mais informações pelos telefones (31) 2108-7826 e (31) 2108-7827, pelo fax (31) 2108-7670, no horário das 8 às 18 horas, ou pelo "site" da Assembleia: www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 21 de junho de 2013.

Lúcio Pérez de Carvalho, Diretor de Comunicação Institucional.

ERRATAS

"MENSAGEM Nº 466/2013*

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 14/6/2013, na pág. 2, no texto da mensagem do Governador do Estado, onde se lê:

"Lei Federal nº 10.471, de 1º de outubro de 2013", leia-se:

"Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003".

E, no texto da exposição de motivos, onde se lê:

"Lei Federal nº 70.741", leia-se:

"Lei Federal nº 10.741".

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.948/2013

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 20/6/2013, na pág. 23, na "Conclusão", onde se lê:

"com as Emendas nºs 1 a 4", leia-se:

"com as Emendas nºs 1 a 5".